

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

José Galdino Barreto Soares

**ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA: OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E
PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS**

Santa Maria, RS

2019

José Galdino Barreto Soares

**ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SANTA
MARIA - RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Martines Belieiro Jr.

Santa Maria, RS

2019

Soares, José Galdino Barreto
ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA: OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E
PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS / José Galdino Barreto
Soares.- 2019.
95 p.; 30 cm

Orientador: José Carlos Martines Belieiro Jr.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2019

1. Grêmio Estudantil. 2. Mobilização. 3. Participação
política. I. Martines Belieiro Jr., José Carlos II.
Título.

José Galdino Barreto Soares

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SANTA MARIA - RS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em 05 de abril de 2019:

José Carlos Martines Belieiro Jr., Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Ednaldo Aparecido Ribeiro, Dr. (UFPR)



Cleber Ori Cuti Martins, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À minha filha, Maria Barreto Holzschuh e à minha esposa Gisele Jacques Holzschuh, que juntas iluminam os meus dias e me permitem viver o amor, a verdadeira razão para viver.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o tempo em que me dediquei a este trabalho de dissertação, vivi muitos momentos especiais, momentos esses que me deram a certeza de que fiz a escolha certa. Ao refletir sobre esse tempo, percebo o quanto cresci em vários aspectos e, por isso, tenho muito a agradecer a todas as pessoas especiais que estiveram presentes ao meu lado, ajudando-me a fazer com que esta conquista se tornasse uma realidade.

Agradeço, primeiramente, a Deus e à minha família, por serem a base de tudo na minha vida: à minha mãe Santa Terezinha Barreto, à minha esposa Gisele Jacques Holzschuh, à minha filha Maria Holzschuh Barreto, ao meu irmão Hélio Augusto Barreto Quadros, aos meus sobrinhos e a minha sogra Eda Jacques Holzschuh. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos Martines Belieiro Jr., que foi guia e amigo o tempo todo, aos professores e aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFSM), pela transmissão de conhecimento, suporte e paciência durante o Curso. A vocês sou grato! Agradeço, também, aos estudantes dirigentes dos grêmios estudantis das escolas públicas e das particulares de Santa Maria – RS que possibilitaram que esse estudo se tornasse realidade e aos meus amigos e aos colegas de Curso pelos momentos de reflexão e companheirismo.

A todos vocês eu agradeço e entrego toda a minha gratidão! Sem vocês dificilmente este trabalho seria possível.

Sem limites, a vontade da maioria tiraniza e oprime os que não partilham da mesma opinião.

Alexis de Tocqueville

RESUMO

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SANTA MARIA – RS

AUTOR: José Galdino Barreto Soares

ORIENTADOR: José Carlos Martines Belieiro Jr.

O presente estudo apresenta resultados de um trabalho sobre a dinâmica da organização dos grêmios estudantis da cidade de Santa Maria - RS. Este estudo busca contribuir com análises empíricas acerca da estrutura, da organização, do tipo de atividade predominante, da mobilização e da participação dos estudantes nos grêmios estudantis pesquisados. O objetivo principal deste estudo é verificar como atuam essas entidades estudantis nas escolas de Santa Maria, tentando apontar e explicar qual o tipo predominante de atividade política realizada por seus dirigentes e se essas ações estão conseguindo mobilizar a participação dos estudantes secundaristas nos espaços de tomada de decisões. Este trabalho foi realizado entre os anos de 2017 e 2018 em sete escolas de Santa Maria – RS, cinco da rede de ensino estadual e duas da rede ensino particular. Em termos de procedimentos metodológicos, aplicou-se um questionário dividido em blocos e com perguntas fechadas e abertas aos estudantes dirigentes dos grêmios estudantis e se analisou os documentos das atas dessas entidades, configurando, assim, uma amostra quantitativa e qualitativa não probabilística. Em termos teóricos, este trabalho opera levando em conta um dos resultados da pesquisa realizada por J. A. Guilhon Albuquerque (1977), que é o seguinte: em associações que realizam atividades políticas do tipo culturais, recreativas e assistenciais tende ser mais fraca a participação dos estudantes e mais forte em associações partidárias. Uma das propostas deste estudo é verificar, empiricamente, se esse resultado de pesquisa encontrado por Albuquerque (1977) se confirma no caso dos grêmios estudantis de Santa Maria. A análise dos dados indica que os sete grêmios estudantis não conseguem mobilizar os estudantes não membros da direção ao ponto de participarem da tomada das decisões que, em geral, são tomadas apenas pelo grupo dirigente. Desse modo, o envolvimento dos alunos não membros da direção do grêmio estudantil, majoritariamente, restringe-se às estruturas decisórias formais, ou seja, na escolha da direção dos grêmios estudantis, por meio dos processos eleitorais (pelo voto) e na participação nos eventos quando esses são realizados.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil. Mobilização. Participação política.

ABSTRACT

ORGANIZATION AND DYNAMICS OF MOBILIZATION AND POLITICAL PARTICIPATION: THE STUDENTS OF THE STUDENTS OF THE PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS OF SANTA MARIA - RS

AUTHOR: José Galdino Barreto Soares

SUPERVISOR: José Carlos Martines Belieiro Jr.

The present study presents results of a work about the dynamics of the organization of the student councils of Santa Maria - RS. This study seeks to contribute with empirical analysis about the structure, organization, type of predominant activity, mobilization and student participation in the researched student groups. The main objective of this study is to verify how these student entities act in Santa Maria schools, trying to point out and explain what is the predominant type of political activity carried out by their leaders and if these actions are being able to mobilize the participation of high school students in the spaces of decision making. decisions. This work was carried out between 2017 and 2018 in seven schools of Santa Maria - RS, five of the state school system and two of the private school system. In terms of methodological procedures, a block-based questionnaire with closed and open questions was applied to the student guiding students of the student councils and the minutes of these entities were analyzed, thus constituting a non-probabilistic quantitative and qualitative sample. In theoretical terms, this work operates taking into account one of the results of the research carried out by JA Guilhon Albuquerque (1977), which is as follows: in associations that carry out cultural, recreational and welfare political activities, the participation of students tends to be weaker. and stronger in party associations. One of the purposes of this study is to verify, empirically, if this research result found by Albuquerque (1977) is confirmed in the case of the student groups of Santa Maria. Analysis of the data indicates that the seven student councils are unable to mobilize non-member students to the point where they participate in decision-making that is usually made by the governing group alone. Thus, the involvement of students who are not members of the student council leadership is mostly restricted to formal decision-making structures, that is, the choice of student council direction through electoral processes (by voting) and participation in events. when these are performed.

Keywords: Grêmio Estudantil. Mobilization. Political participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes	36
Figura 2 – Na sexta-feira do dia 9 de março de 2018, mais de 3 mil estudantes foram as ruas em Porto Alegre – RS, para protestar contra o aumento da passagem e em defesa do Meio-Passe.....	45
Figura3 – Em 1992, dirigentes da USE e alunos da Escola Augusto Ruschi manifestam-se na 8ª DE	47
Figura 4 – Colégio Estadual Tancredo Neves ocupado	53
Figura 5 – Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha ocupada.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gênero	75
Tabela 2 – Gênero	75
Tabela 3 – Data de nascimento	76
Tabela 4 – Série	76
Tabela 5 – Turno de estudo	78
Tabela 6 – Qual a Escolaridade do pai	78
Tabela 7 – Qual a escolaridade da mãe	79
Tabela 8 – Filiação partidária pai	79
Tabela 9 – Filiação partidária da mãe	79
Tabela 10 – Trabalho	80
Tabela 11 – O espaço do grêmio estudantil	80
Tabela 12 – Documento do estatuto	80
Tabela 13 – Documento da ata	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
AP	Ala Vermelha
BE	Bélgica
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CRE 8ª	Coordenadoria Regional de Educação
DCE	Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria
DE	Delegacia de Ensino
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de jovens e adultos
GVC	Ação de organizações como o Grupo da Vanguarda Cultural
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
POC	Partido Operário Comunista
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes de São Paulo
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEF	União Nacional dos Estudantes da França
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USE	União Santamariense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: CONCEITOS E MODALIDADES	20
1.1 A MOBILIZAÇÃO E O ENGAJAMENTO CÍVICO DOS JOVENS: AS MOTIVAÇÕES E OS DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES	26
2 A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS: CATEGORIAS E MODELOS DE ANÁLISES	31
3 UMA LEITURA AO ESTUDO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: DA UNE AO GRÊMIO ESTUDANTIL	35
3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SANTA MARIA: INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO, CONTINUIDADE E RUPTURA	42
3.2 O GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA: ASPECTOS FORMAIS, CONVÍVIO E TENSÕES	49
3.3 JUVENTUDE? IDADE E SITUAÇÃO JUVENIL NO CONTEXTO BRASILEIRO	54
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS	59
4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS	59
4.2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS GERAIS	75
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

São muitos os estudos sobre o movimento estudantil nas Ciências Sociais. No entanto, parte desses estudos, em sua grande maioria, tem como foco o movimento estudantil universitário. Dessa forma, constrói-se uma volumosa série de trabalhos voltados aos estudantes do ensino superior, daí a dificuldade que se teve em encontrar trabalhos nas Ciências Sociais que tratem especificamente sobre o movimento estudantil secundarista de Santa Maria.

O caráter transitório dos estudantes pela escola faz com que o movimento estudantil secundarista tenha certa fluidez, essa renovação contínua de saídas e entradas de novos alunos na escola colocam desafios aos grêmios estudantis em termos de continuidade. A ininterruptão é o grande desafio a ser enfrentado pelos grêmios estudantis nas escolas de Santa Maria. Ocorre, entretanto, que mesmo oscilando em termos quantitativos os grêmios estudantis em Santa Maria se mantêm com um número significativo de entidades em atividade. Atualmente, são sete escolas que contam com grêmios estudantis ativos que representam, segundo dados de 2017 publicados em 2018 pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação, um total de 6.702 estudantes.

A participação dos discentes no movimento estudantil secundarista, além de se configurar como um relevante objeto de estudo para diversas áreas, sobretudo para as Ciências Sociais, consolida-se, gradualmente neste contexto, o grêmio estudantil na escola como uma significativa arena política. De acordo com Verba, Schlozman e Brandy (2012) tão importantes quanto a “motivação” para participação política são as “redes sociais de apoio”, pois essas tendem a funcionar como potenciais catalisadores da participação política. Essas redes sociais de apoio são tanto os grupos familiares ou de amigos, bem como outras redes sociais, essas localizadas em outros ambientes políticos, como por exemplo, nas escolas, nos locais de trabalho, nas associações voluntárias, ou nas instituições religiosas. Segundo Almond e Powell Jr. (1972), a estrutura escolar é uma influência poderosa na socialização política, pois expõem a criança e o jovem a papéis novos e especificamente políticos. Com o intuito de compreender como atuavam em 2017 e

2018, os grêmios estudantis de Santa Maria, nesta arena específica da escola é que este trabalho apresenta os seus resultados.

Este estudo visa a inserir-se no debate acadêmico, buscando contribuir com análises empíricas acerca da estrutura da organização, o tipo de atividade predominante e a capacidade de mobilização dos grêmios estudantis de Santa Maria. O objetivo principal deste estudo é verificar como atuam os grêmios estudantis de Santa Maria, tentando apontar e explicar qual o tipo predominante de ação política realizada por seus dirigentes e se as atividades realizadas pelos grêmios estudantis estão sendo capazes de mobilizar a participação dos estudantes secundaristas. A questão que norteia esta pesquisa é a seguinte: as atividades políticas realizadas pelos dirigentes dos grêmios estudantis de Santa Maria estão mobilizando os outros estudantes a participarem da tomada de decisões? Ademais, a presença dos grêmios estudantis nas escolas, sobretudo no cotidiano dos estudantes, realiza-se através da ação política.

Elegeu-se como objeto de estudo todos os grêmios estudantis em atividade nas escolas públicas estaduais e nas escolas privadas da cidade de Santa Maria, nos anos de 2017 e de 2018, por dois motivos: o primeiro, para poder delimitar com maior precisão o objeto de estudo, pois se trata do maior município em termos populacionais da região central do estado Rio Grande do Sul, razão pela qual faz com que essa cidade concentre um número expressivo de estudantes secundaristas matriculados em escolas públicas e privadas. De acordo com os dados da Assessoria Pedagógica da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) de Santa Maria – RS, no ano de 2017 foram matriculados 26.509,266 alunos (as) e em 2018 foram 29.991 alunos (as), distribuídos nos níveis do ensino fundamental municipal, estadual, federal e privado; e o segundo motivo se deu pelo fato de a cidade possuir movimento estudantil consolidado.

Em termos de procedimentos metodológicos, aplicou-se um questionário dividido em blocos e com perguntas fechadas e abertas aos estudantes dirigentes dos grêmios estudantis e se analisou os documentos das atas dessas entidades, configurando, assim, uma amostra quantitativa e qualitativa não probabilística. Responderam o questionário 41 estudantes dirigentes de grêmios estudantis,

desses alunos 13 são de escolas privadas e 28 de escolas públicas estaduais do município.

Quanto ao questionário, as questões foram formuladas tendo como foco principal investigar as atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis, a sua organização e capacidade de mobilizar a participação dos estudantes não dirigentes. Para tanto, o questionário foi dividido em quatro blocos de perguntas, o primeiro bloco está estruturado com questões que vão do número um ao sete e tem como propósito verificar o perfil socioeconômico dos estudantes dirigentes.

As primeiras três questões são relativas à idade, ao sexo, à série e ao vínculo empregatício dos estudantes dirigentes. Da quarta pergunta até a sétima, dizem respeito ao perfil dos pais cujo propósito é saber qual a escolaridade e a profissão do pai e da mãe do estudante dirigente bem como os seus vínculos com os partidos políticos. Tais variáveis são importantes para este estudo, pois permitem associações de proporcionalidade da influência dos pais, com os níveis de informação política, participação e adesão ao sistema democrático. Segundo Norris (2007), Verba e Nie (1972) ao fornecerem uma visão geral sobre a distribuição e as causas do ativismo de massa, utilizaram um modelo base que sugeria que os recursos estruturais desempenhavam um papel decisivo na participação dos cidadãos. Para esses dois últimos autores, os fatores ligados ao sexo, idade e etnia, quando relacionados ao status socioeconômico e à educação, afetam em maior grau o ativismo político dos indivíduos do que os contextos institucionais e sociais que, também, foram reconhecidos como fatores que influenciam a participação, como, por exemplo, as afiliações em agências mobilizadoras como sindicatos e partidos políticos.

O segundo bloco de questões é de caráter amplo e tem como finalidade verificar o modo como os grêmios estudantis estão estruturados; são perguntas que buscam extrair informações sobre a funcionalidade dos grêmios estudantis, bem como a percepção da relação dos dirigentes dos grêmios em relação à direção da escola.

O bloco três tem como objetivo conhecer alguns pontos específicos: a) a tomada de decisão no grêmio estudantil; b) a experiência da participação dos estudantes dirigentes nas eleições e em partidos políticos; c) a frequência com que

são realizadas as assembleias e as reuniões; d) as atividades realizadas pelo grêmio estudantil dentro e fora da escola; e) a percepção dos dirigentes acerca da participação dos demais estudantes da escola.

Já o quarto e último bloco de perguntas tem dois objetivos: primeiro identificar se há ou não relação do grêmio estudantil com as outras entidades de representação estudantil, como, por exemplo, a USE, a UMES e a UBES; e segundo conhecer a capacidade de mobilização do grêmio estudantil.

Este estudo trabalha com a seguinte hipótese: os grêmios estudantis de Santa Maria, em geral, tendem a se caracterizar como organizações que realizam atividades culturais, recreativas e assistenciais e tendem a ter uma baixa participação dos estudantes não membros da direção no espaço de tomada de decisão (nas reuniões e assembleias). Nesse sentido, a hipótese deste estudo estabelece uma relação causal entre o tipo de organização e os tipos de atividades realizadas com a mobilização, ou seja, conforme o tipo de organização e a atividade que essa realiza haverá uma maior ou menor participação. Há, portanto, uma relação de causa e efeito entre as atividades realizadas pelos grêmios estudantis e a intensidade da participação dos seus membros.

A hipótese desta pesquisa baseia-se em um dos resultados do estudo realizado por Albuquerque (1977) com estudantes latino-americanos ligados à política estudantil na Universidade de Louvain (Bélgica). Uma das conclusões da pesquisa realizada por esse autor é que a participação dos estudantes é mais intensa quando a organização estudantil a que estão afiliados é mais politizada, com objetivos políticos amplos, e menos intensa em organizações culturais ou de serviços. Desse modo, adaptou-se as categorias desenvolvidas por Albuquerque (1977) para se verificar se o resultado da pesquisa desse autor se confirma neste estudo dos grêmios estudantis de Santa Maria em 2017 e 2018.

A partir da hipótese, em termos teóricos, este trabalho opera com a concepção de que grêmios estudantis que realizam atividades culturais, recreativas e assistenciais tendem a não mobilizar os outros estudantes, os membros não dirigentes. Contexto esse que corrobora para que os processos decisórios sejam mais verticais e menos horizontais, ou seja, por falta de participação dos estudantes membros não dirigentes nas reuniões e assembleias, as tomadas de decisões nos

grêmios estudantis de Santa Maria (gestão 2017 e 2018) tendem a se concentrar no grupo dirigente. A partir das análises dos livros Atas dos grêmios estudantis verificou-se que a maioria dos estudantes membros não dirigentes, tanto os da escola pública, quanto os da escola privada, restringem-se, apenas, à participação formal, ou seja, por meio dos processos eleitorais (votando na escolha da direção) e nos eventos realizados pelos grêmios estudantis. Na construção teórica deste estudo, trata-se também de algumas abordagens que explicam a organização, a mobilização, o interesse e o desinteresse em participar da vida política.

Este estudo está organizado em quatro capítulos. No primeiro, faz-se uma breve revisão do debate teórico e classificatório acerca de estudos dos fenômenos da participação política, do engajamento cívico e da mobilização política, que são os três conceitos centrais deste estudo. A primeira sessão desse capítulo tem como foco demonstrar como o conceito de participação política foi se modificando na medida em que novos estudos foram surgindo, bem como apresentar modalidades e tipologias de classificação da participação política. A segunda sessão concentra os esforços em realizar uma concisa discussão teórica sobre o voluntarismo cívico dos jovens, bem como os desafios das organizações em questões relacionadas ao potencial e à capacidade de mobilização. Apresentam-se, também, nessa segunda sessão algumas definições de engajamento cívico e de mobilização.

Logo em seguida, no capítulo dois, apresentam-se os principais pressupostos teóricos adotados neste estudo. Nesse capítulo, também se delimita o campo teórico adaptando para este estudo alguns modelos e categorias elaboradas por Albuquerque (1977). No seu estudo, esse autor cria, no capítulo IV do seu livro *Movimento estudantil e consciência social na América Latina* (1977), categorias e a partir delas analisa as atividades estudantis, classificando-as em três tipos de modalidades de acordo com os tipos de organização. Neste estudo, as categorias de Albuquerque são adaptadas e utilizadas como um tipo ideal e, assim, adotadas como instrumentos de análise, uma espécie de parâmetro para orientar a investigação quanto aos tipos de organizações e tipos ações dos grêmios estudantis, bem como para mensurar a intensidade da participação nas atividades das organizações estudantis.

No terceiro capítulo deste estudo, apresenta-se uma breve e parcial revisão histórica do movimento estudantil no Brasil e no município de Santa Maria. O propósito dessa revisão histórica é demonstrar como, ao longo do tempo, determinados acontecimentos políticos influenciam ondas de engajamento cívico e de participação dos estudantes santa-marienses produzindo novos ciclos de mobilização. A primeira sessão desse capítulo tem como objetivo apresentar a relação dos estudantes com as suas principais instâncias de representação. Já a segunda sessão busca apresentar o modo como aspectos formais e legais asseguram a presença do grêmio estudantil como uma instância de representação dos estudantes dentro da escola, bem como as disputas, os debates e os conflitos característicos da relação escola e grêmio estudantil. Na terceira sessão desse capítulo, faz-se um debate de alguns estudos preocupados em definir, e conceituar o termo juventude trazendo algumas perspectivas para o conceito “juventude” que, mesmo com um amplo debate em curso, continua em aberto nas Ciências Sociais. Outro aspecto trabalhado nessa sessão diz respeito ao modo em que os jovens, enquanto categoria, foi sendo construído e se institucionalizando ao longo tempo no Brasil.

Por fim, no quarto e último capítulo apresenta-se uma descrição dos dados empíricos que foram coletados e trabalhados neste estudo e uma análise desses dados. Na primeira sessão deste capítulo é feita uma descrição não crítica dos dados coletados a partir do questionário. E na segunda sessão, é feita uma análise dos dados coletados e uma apresentação das análises e os resultados deste estudo.

1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: CONCEITOS E MODALIDADES

A participação política tem ocupado, ao longo do tempo, lugar de destaque na ciência política. Com tema em aberto sobre o papel da participação política na “teoria democrática”, as análises teóricas se concentram, sobretudo, em três correntes: influenciada pela concepção minimalista¹ de Schumpeter (1961), a primeira corrente, em termos gerais, compreende a participação na democracia como um processo centrado na igualdade, essa garantida por procedimentos institucionais e direitos políticos amplos (DAHL, 2001, 2005, 2012). A segunda corrente, por sua vez, nas suas diferenças e com pontos mínimos de aproximação, considera que o envolvimento e a participação política não devem ser limitados aos meios formais, como, por exemplo, eleições, referendos, plebiscitos, etc.. Portanto, faz-se necessário incluir outras formas de participação além das garantias formais, em outras arenas, como: associações, formas cooperativas, sindicatos, indústrias, universidades, escolas e etc.. (PATEMAN, 1992, ALMOND e VERBA, 1970), PUTNAM, 2006). A terceira corrente é a deliberativa, esta compreende a participação política dos indivíduos na democracia como uma atuação coletiva realizada, principalmente, no espaço da esfera pública, a partir de trocas discursivas com Estado. De um modo geral, o entendimento dessa abordagem é que cada indivíduo dentro da esfera pública é potencialmente afetado pelas decisões coletivas, portanto, em uma democracia deliberativa, os indivíduos devem ter oportunidades iguais na produção dos discursos políticos, para assim influenciar nas tomadas decisões dos agentes do Estado. Em suma, a norma básica da democracia deliberativa é inclusão das pessoas envolvidas nas tomadas de decisões, a partir da produção de discursos políticos e trocas discursivas com o Estado, (HABERMAS, 1995, GUTMANN, 1995, FARIA, 2000).

¹ O minimalismo Schumpeteriano (1961) compreende a democracia como um método político, uma escolha de governantes e dessa forma projeta a participação dos cidadãos como apenas à escolha de governantes. Desse modo, havendo uma participação satisfatória de eleitores votando esta se mantém, portanto a democracia não depende, em termos necessários, de um maior ou menor numero participantes eleitores como defendem os autores participacionistas como, por exemplo, Carole Pateman.

Se o tema participação política na democracia continua ainda em aberto, na teoria democrática a ampliação dos conceitos e o surgimento de novas modalidades de participação se deram na medida em que passaram a existir novos estudos sobre o tema. Os primeiros trabalhos empíricos da participação política concentraram-se no comportamento do voto. O principal propósito desta geração de estudos foi explicar porque alguns cidadãos optam em votar e participar dos processos eleitorais e outros não. De acordo com Ribeiro e Borba (2015), destacam-se nesse período os estudos de MILBRATH (1965); VERBA e NIE (1972); VERBA, SCHOLOZMAN e BRADY (1995), entre outros.

A partir do conceito da “dimensão ativista geral”, Milbrath (1981) classificou a população do seu estudo em três modelos: os espectadores, os gladiadores e os apáticos. Os espectadores seriam os indivíduos que minimamente se envolvem na política (os indivíduos que aplaudem, aplaudem e finalmente votam no intuito de decidirem quem ganha à batalha, a “eleição”). Os gladiadores, por sua vez, seriam os cidadãos combatentes ativos (são um grupo pequeno de gladiadores que batalham no processo político), enquanto os apáticos seriam as pessoas que se retiram do processo político (são os que nem assistem ao show). Milbrath (1981) define a participação política como todas aquelas ações pelas quais os cidadãos particulares buscam influenciar ou apoiar o governo e a política.

A participação política será definida para os propósitos deste capítulo como aquelas ações de cidadãos privados pelas quais elas buscam influenciar ou apoiar o governo e a política. Essa definição é mais ampla do que muitas outras; inclui não apenas papéis ativos que as pessoas buscam para influenciar os resultados políticos, mas também atividades cerimoniais e de apoio. (p. 198, 1981).

Esse autor reconhece que não mais se pode conceituar a participação política apenas como um fenômeno unidimensional de atividades e sim com um ato singular, exercido por comportamentos participativos num *continuum*² a partir de custos e benefícios da qual se organiza as ações políticas das mais fáceis às mais difíceis.

² De acordo com Ribeiro e Borba (2015, p. 8-9) é : 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembleia; 9) dedicar-se a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões

O próprio título deste capítulo sugere que a participação política é uma coisa única, um comportamento unidimensional. Em certos aspectos isso é verdade; Pesquisas revelaram que há uma "dimensão ativista geral" ao longo da qual se pode ordenar ações políticas do mais fácil ao mais difícil. (MILBRATH, p.199, 1981)

De acordo com Milbrath (1981), a participação política é um aprendizado social que predispõe a pessoa a selecionar e atuar sobre os estímulos políticos, os quais induzem os indivíduos à participação e ao envolvimento.

Em resumo, então, a participação política é um papel social aprendido que predispõe a pessoa a selecionar e agir sobre estímulos políticos, induzindo assim taxas muito mais altas de participação do que pessoas que não aceitam a atividade política como parte de sua autodefinição. Identificação partidária. (Milbrath, p. 215, 1981)

Outros autores que realizaram outros importantes estudos empíricos acerca da participação política foram Verba & Nie (1972). Esses observaram que os níveis de comparecimento dos eleitores nas eleições foram influenciados pela filiação em agências mobilizadoras, como, por exemplo, nos sindicatos e nos partidos. Na concepção de Verba & Nie (1972), quanto mais os indivíduos estiverem envolvidos em organizações sociais, mais é provável que desenvolvam habilidades para serem usados nos processos de decisão política e mais eles serão estimulados a participar desses processos (Van Deth, 1997). Percebe-se, nos primeiros estudos realizados por Milbrath (1965) e Verba & Nie (1972), que a participação política está muito ligada ao processo eleitoral (voto), um tipo de *participação convencional*.

Essa visão conceitual de que a participação política é algo vinculado ao ato de votar perdurou nas ciências sociais e só na medida em que surge um número maior de estudos empíricos, torna possível que pesquisadores e estudiosos preparem algumas outras declarações acerca dos seus resultados em relação à participação política para além da participação convencional. O acúmulo de conhecimento possibilitou uma ampliação do conceito de participação e ao mesmo tempo, uma melhor compreensão do ativismo político.

políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos.

Atualmente, a literatura acerca do tema participação política faz uma distinção clara entre a *participação convencional* (votar, participar de partido, sindicatos etc..) e a *participação não convencional* que se compõe a partir de repertórios alternativos como: protestos, boicotes, manifestações e etc.. De acordo com Norris (2007), os autores Barnes e Kaase (1979), no estudo clássico da ação política *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, conceituam “protestar” como um desejo dos cidadãos de se envolverem na política, no entanto fora dos meios formais, o que para os autores inclui greves não oficiais, boicotes, petições, a ocupação de edifícios, manifestações de massa, e até mesmo atos de violência política.

Segundo Borba (2012b), com outros indicadores empíricos e com uma moderna construção teórica, Alessandro Pizzorno (1966) contribui para o surgimento de uma segunda abordagem no estudo da participação política. Utilizando novas tipologias, Pizzorno classifica a participação em quatro modalidades e as divide em tipos de ação estatal ou não e em solidariedades dominantes privadas ou públicas. De acordo com Pizzorno (1966), a primeira modalidade de ação estatal com solidariedade política seria o *profissionalismo político*³; a segunda seria aquela com ação, também estatal, mas com *solidariedade privada dominante*⁴, a participação civil na política, ação *extraestatal com solidariedade política*⁵, por sua vez seria a participação através de movimentos sociais e por fim, a participação através de *subcultura*⁶, nesse caso reúne em si a solidariedade privada e a ação extraestatal, Ribeiro e Borba (2015). Ao incorporar novas modalidades de participação o estudo

³ Nesse caso, a participação define-se pelo fato do participante “viver da política”, cujas origens podem ser encontradas numa especialização funcional vivenciada pelas sociedades democráticas ocidentais. Ribeiro e Borba (2015).

⁴ Seria o tipo de participação que surge a partir da ‘solidariedade’ dos ‘interesses privados’. É exercida pelos círculos mais centrais da estrutura social. Ribeiro e Borba (2015).

⁵ A participação no movimento social seria uma ‘empresa coletiva’ destinada a ‘transformar a sociedade’. Tratando-se de uma construção, o movimento, para Pizzorno é um ato de uma identidade construída, onde se relacionam identidades políticas com identidades privadas. Trata-se de uma forma ‘não estável de participação’, que surge e modifica-se de acordo com o contexto. Ribeiro e Borba (2015).

⁶ A participação como “subcultura” predomina a solidariedade privada com ação extra estatal e nasce de uma identificação ‘natural’ do indivíduo com os grupos no qual ele está inserido. Trata-se de uma identidade política dada, não construída e, à diferença da participação civil “essa é excluída dos canais normais que se articulam com as instituições estatais, e comunicam-se com essas só através de intermediários (o boss, o organizador do partido de massa que não é mais movimento, etc...” Ribeiro e Borba (2015).

de Pizzorno (1996) antecipa e apresenta o conceito da multidimensionalidade do fenômeno.

Dentre os trabalhos clássicos que são obras de referências acerca do estudo da participação política encontra-se o livro *Voice and Equality* (1995) escrito pelos autores Sidney Verba, Kay Lehman Scholzman e Henry Brady. Nas pesquisas empíricas elaboradas por esses autores estão as bases mais sólidas do modelo de voluntarismo cívico, pois nelas encontram-se algumas das condicionantes fundamentais da participação política e do ativismo político como: engajamento, recursos e recrutamento. Um dos grandes méritos do referido estudo foi apresentar uma série de análises que detalham por que alguns indivíduos desejam se envolverem na política (ativos) e outros permanecem quiescentes (menos ativos). Mais do que isso, o estudo também revela outras formas de participação política e as suas implicações para a política, como, por exemplo, representação da voz política. Nesse livro, os autores não se preocupam apenas com a voz política, mas também com a igualdade da voz política na democracia. Entre outros aspectos, a pesquisa deste estudo busca compreender como as desigualdades da voz política são transmitidas através das gerações e como os indivíduos mudaram a desigualdade da voz em uma era de crescente desigualdade econômica, bem como a possibilidade dos indivíduos amplificarem as suas vozes políticas. O estudo também revela como os indivíduos ativos e os inativos diferenciam-se nas seguintes dimensões: educação, renda, idades, preferências, necessidades e prioridades para a ação do governo.

Segundo Borba (2012a, p.273) “O trabalho de Verba, Scholzman e Brady (1995a) pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada.” Um dos principais argumentos dos autores encontrados no livro *Voice and Equality* (1995) é que certos recursos, especialmente tempo, dinheiro e habilidades cívicas são decisivos e necessários para a participação política, sendo o mais crucial a aquisição de habilidades cívicas, que, de acordo com os autores, ocorrem no âmbito não tradicional da política. A tese defendida por Verba, Scholzman e Brady é de que a participação política é amplamente moldada pelos cidadãos no envolvimento em instituições não oficiais da política, como por exemplo, no trabalho, nas igrejas e nas

organizações voluntárias, pois essas dependem de certos recursos, especialmente tempo, dinheiro e habilidades cívicas. Verba, Schlozman e Brady (1995), ao desenvolverem um modelo clássico de “voluntarismo cívico”, identificam que os processos de engajamento político são mediados por uma relação entre custos e recursos, sendo a participação política o resultado das motivações e das capacidades dos indivíduos em participar, sendo que estas motivações são mediadas pelas “redes de recrutamento” Borba (2012b).

O modelo de voluntarismo cívico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995) sustenta a hipótese que para que os indivíduos se tornem ativos na política é indispensável que eles queiram participar e para que isso aconteça é necessário certo nível de motivação, isto é, eles devem almejar participar, no entanto é preciso que os cidadãos se capacitem para serem ativos e isso só se dá participando. Desse modo, os indivíduos que são motivados e capacitados a participar são os mais propensos a se tornarem ativos e assim se tornarem integrantes de redes de recrutamento que é o lugar onde ocorrem os convites de participação. De acordo com Verba, Schlozman e Brandy (2012), a voz política é compreendida como qualquer atividade empreendida por indivíduos em organizações que almejam influenciar o governo em uma ação. Dessa forma, essas ações tendem a afetar diretamente ou indiretamente a criação ou implementação de políticas, bem como a ajudar de forma direta na seleção de pessoas que fazem políticas.

As definições conceituais apresentadas pelos autores são bastante robustas e consistentes, pois trazem consigo novas modalidades e novas dimensões de participação política que reafirmam de forma empírica o conceito de *multidimensionalidade* do fenômeno da participação. Tais dimensões seriam: votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuir para campanhas, contatar oficiais, participar e organizar protestos, trabalhar informalmente na comunidade, atuar como membro de um conselho local, filiar-se a uma organização política e contribuir com uma causa política (Ribeiro e Borba, 2015).

Em um novo trabalho, *The unheavenly chorus: unequal political voice and the broken promise of American democracy* (2012), Verba, Schlozman e Brandy atualizam os seus estudos anteriores apresentados no livro *Voice and Equality* (1995). Nessa atualização, os três autores ampliam as suas pesquisas quanto a

extensão das preferências e os interesses dos cidadãos. De acordo com esses autores (2012), a voz política expressa pelos indivíduos nas organizações políticas refletem uma variedade de fatores que aumentam atividade política, no entanto isso só acontece quando obedecem alguns requisitos, como por exemplo, o equilíbrio entre o direito de participar e o direito de expressar a voz. Nessa nova pesquisa, Verba, Schlozman e Brandy (2012) também revelam que, na maioria das vezes, a motivação para participar depende dos recursos disponíveis para que isso aconteça, bem como da conexão com redes que promovem atividades são desigualmente distribuídas entre os cidadãos, sendo que o resultado dessa má distribuição contribui para as desigualdades da voz política. Outro ponto importante foi demonstrarem que quando se trata de desvantagem socioeconômica, a voz política não representa a todos os cidadãos.

Segundo Verba, Schlozman e Brandy (2012), tão importantes quanto a “motivação” para participação política são as “redes sociais de apoio”, pois essas tendem a funcionar como potenciais catalisadores da participação política. Essas redes sociais de apoio são tanto os grupos familiares ou de amigos, bem como outras redes sociais, essas localizadas em outros ambientes políticos, como, por exemplo, nas escolas, nos locais de trabalho, nas associações voluntárias, ou nas instituições religiosas. Para esses autores, essas redes sociais tendem a ser tanto fonte de informações sobre a política, bem como um meio de oportunidades para o envolvimento político, pois essas redes tendem a ser propícias para a realização de convites para a participação política. Todavia, em contraponto, os autores afirmam que essas redes sociais de apoio assim como são capazes de fomentar a participação, podem também inibir a voz na atividade política, porque, muitas vezes, nelas são acentuadas as desigualdades socioeconômicas na participação.

De acordo com Borba (2012b), os estudos empíricos realizados por Verba, Schlozman e Brady (1995) foram de ímpar contribuição para o estudo da participação, pois desenvolveu um modelo clássico de “voluntarismo cívico” em que o processo de engajamento político aparece como algo mediado por uma relação que envolve custos e recursos, sendo a participação política o resultado das motivações e das capacidades dos indivíduos em participar, uma participação mediada por “redes de recrutamento”.

1.1 A MOBILIZAÇÃO E O ENGAJAMENTO CÍVICO DOS JOVENS: AS MOTIVAÇÕES E OS DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES

Os estudos das ações no interior das organizações dependem, antes de tudo, da definição teórica da organização. De acordo Van Deth (1997), as evidências empíricas coletadas por Almond e Verba (1963) realizada em cinco países demonstram que os membros integrantes de associações têm níveis mais altos de consciência cívica, participação política e confiança social do que pessoas não envolvidas em associações. No entanto, segundo Metzger e Smetana (2010), o comportamento cívico ativo requer que os indivíduos se sintam motivados a se envolverem.

O fato é que o engajamento dos jovens na vida cívica tornou-se um objeto de estudo para um amplo grupo de pesquisadores e estudiosos de política em todo o mundo em uma variedade de campos acadêmicos. No que tange ao envolvimento cívico da juventude, este carrega consigo desafios e questões sobre os quadros conceituais e definições apropriadas. De acordo com Kassimir e Flanagan (2010), os jovens não são meramente cidadãos em formação, mas agentes cívicos ativos no presente. Para esses autores, a cidadania é componente chave nesta transição de vida de adolescentes para a vida adulta. O argumento é que os jovens, ao ocuparem papéis políticos ativos, desenvolvem valores cívicos que aceleram a transição para a vida adulta.

Num trabalho seminal Cliff Zukin, Scott Keeter, Molly Andolina, Krista Jenkins, e Michael X. Delli Carpini (2006), buscaram compreender empiricamente porque os jovens se diferem de seus pais e avós quando se trata de dar o voto. Para isso, os autores contestam as generalizações de que a juventude do período do estudo é atormentada por um caso grave de apatia política. Usando dados coletados em uma pesquisa primária, esses autores concluem que enquanto os cidadãos mais velhos participam votando, os jovens se engajam voluntariamente e são ativos em suas comunidades.

De acordo com Zukin et al. (2006), os jovens estão participando ativamente em outras arenas cívicas e isso se deve, em grande parte, ao processo da substituição de geração. Nesse sentido, a participação política dos jovens envolve

uma combinação contínua com o passado, porém misturada a uma variedade de novas perspectivas, como, por exemplo, a internet. O que os autores observam é o surgimento de novos padrões de engajamento público que possuem uma nova natureza política. Para susterm as suas análises, os autores desenvolvem um modelo que envolve oito passos que eles creem elevar a participação política e o engajamento cívico, que são as seguintes: “[...] socialização precoce; educação; evasão televisiva; identificação geracional; capital social; capital político; atitudes positivas em relação à política e ao governo; e mobilização” Zukin et al.(2006, p.124). Segundo esses autores, desses oito modelos, três aparecem especialmente como os mais potentes: as primeiras experiências de socialização, o capital político e a mobilização em particular. Por fim, autores concluem que os jovens estão prontos e dispostos a adicionar mais política em seu repertório de participação que está em evolução na esfera pública.

Já Clay Shirky, no seu livro *A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado* (2011), faz uma análise dos padrões de comportamentos nas redes midiáticas e traz outra perspectiva para a participação e o engajamento político. O autor classifica a participação engajada em quatro tipos: o primeiro seria o *compartilhamento pessoal*⁷; o segundo o *compartilhamento comum*⁸; o terceiro seria o *compartilhamento público*⁹; por fim, o quarto e último, o *compartilhamento cívico*¹⁰. Um grupo de pessoas engajadas tende a construir um valor comum aos seus membros e assim fomentar a participação, “O valor público e cívico exige comprometimento e trabalho árduo do grupo central de participantes” (SHIRKY, 2011, p.160).

Com o intuito de demonstrarem que os jovens têm um comportamento cívico e político consciente, Metzger e Smetana (2010), no seu artigo *Social Cognitive Development and Adolescent Civic Engagement*, revisam, a partir de uma abordagem sociocognitiva, os avanços teóricos e empíricos das pesquisas recentes sobre os adolescentes em seus contextos interpessoais e sociais. Um dos

⁷ Este modo de engajamento é feito por indivíduos de forma não coordenada. Shirky (2011, p.154).

⁸ Este o autor diz que é o mais envolvente e acontece num grupo de colaboradores. Shirky (2011, p.154).

⁹ Este se caracteriza por um grupo de colaboradores desejam criar recursos públicos. Shirky (2011, p.154).

¹⁰ Este modo de engajamento se caracteriza pelo fato que o grupo tenta ativamente transformar a sociedade. Shirky (2011, p.154).

argumentos principais dos autores é que crianças e adolescentes são capazes de raciocinarem sobre o seu mundo cívico e político. De acordo com Metzger e Smetana (2010), o raciocínio pró-social é relevante para a compreensão do envolvimento cívico dos adolescentes, pois esse comportamento pró-social é voltado para instituições cívicas e comunitárias ou para classes de pessoas.

O estudo das ações no interior das organizações depende, antes de tudo, da definição teórica de mobilização. De acordo Jenkins (1981), a mobilização é o processo de agregar ou acumular recursos sob o controle coletivo de um grupo ou entidade corporativa para o propósito de se engajar em ação coletiva. Nesse sentido, Tilly (1978, p.7) escreve que “Mobilização é o processo pelo qual um grupo adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação”. De acordo com McADAM, (1996) a grande parte da literatura acerca da teoria da “*Mobilização de Recursos*”, buscou saber como os movimentos sociais e outras formas de associativismo conseguiam, fora da política institucionalizada, agregar interesses à coletividade a ponto dos indivíduos serem capazes de agir de modo organizado, criando estruturas de mobilização e redes de solidariedade. Nesse sentido, os movimentos sociais exercem dois importantes papéis: o primeiro como elementos dinâmicos no processo de aprendizado e formação da identidade social; e o segundo como projetos democráticos com potencial para iniciar os processos pelos quais a esfera pública pode ser revivida. (GOHN, 1997).

De acordo com McADAM et al. (1996), entende-se como estruturas de mobilização os veículos coletivos formais e informais que são disponíveis aos indivíduos para que estes se mobilizem, ou seja, tenham oportunidades políticas de participação e, a partir desta, envolvam-se em ações coletivas. Segundo Jenkins (1981), existem três proposições centrais na qual as análises de mobilização podem ser construídas: a primeira seria o nível de recursos que é mobilizado antes que os grupos possam se engajar em coletiva ação; a segunda é quando a mobilização de recursos da ação coletiva depende da existência de algum nível de organização, ou seja, se essa organização preexiste a ação coletiva é produzida por uma campanha de mobilização; e a terceira, por sua vez, tem na sua proposição central a tradução da mobilização em ação coletiva o que implica um cálculo complexo de custos e recompensas que repousa, principalmente, sobre os custos esperados de investir

em ação coletiva, o esperado risco de repressão ou perda de recursos, e os ganhos previstos de ação.

Jenkins (1981), também, ressalta o potencial da mobilização e a extensão da organização. O autor classifica o potencial da mobilização em dois elementos distintos: o estrutural ou o poder potencial do grupo, e a extensão ou tipo de organização dentro do grupo. O estrutural ou o poder potencial do grupo é o que estabelece os limites para o nível de recursos, que, na concepção do autor, podem estar as condições ideais para a mobilização, pois são os meios necessários para a subsistência e para a legitimidade social do grupo, como por exemplo, a mão de obra, sala de reunião, impressoras e afins. Em geral, quanto mais recursos possuir um grupo, mais provável é que ele se mobilize. Quanto à extensão da organização, o autor defende que esta desempenha um papel central, especialmente na determinação do nível das lealdades do grupo e na probabilidade dos recursos que serão entregues, pois quanto mais organizado ou coeso for o grupo, menos recursos terão que ser gastos para comunicar ideias e assim iniciarem a ação coletiva.

Um dos resultados encontrados no estudo Jenkins (1981) é que a maioria das convocações para movimentos não foram realizadas por meio de construtos ideológicos oferecidos pelos líderes, ao contrário, elas foram efetivadas pelos laços de solidariedade e por compromissos interpessoais que agrupam interesses. Sendo assim, o principal foco dos esforços dos organizadores está em forjar laços de solidariedade nas estruturas de mobilização. Em relação ao coletivo e às lideranças, Gohn (2018) escreve que os coletivos criam novas dinâmicas da ação coletiva, mais discursiva, estratégica e com confronto de ideias e valores podendo existir uma grande influência dos líderes. Sobre o papel político dos líderes na organização, a autora apresenta a denominação “organizações movimentalistas” que ela mesma criou e que constitui uma terminologia e que caracteriza grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação. Percebe-se uma relação entre a organização, essa composta por bens materiais, regras e normas e o comportamento dos indivíduos dirigentes que tendem a influenciar na mobilização e na participação dos outros indivíduos.

2 A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS: CATEGORIAS E MODELOS DE ANÁLISES

Grande parte das abordagens clássicas que apresentamos neste capítulo parte do pressuposto que as ações dos indivíduos nas organizações políticas são executadas em canais que os mobilizam e os encorajam à participação na organização. Uma das dificuldades que se enfrentou neste estudo foi localizar categorias que dessem conta de ordenar os dados empíricos de acordo com a hipótese teórica. Nesse sentido, fez-se necessário um debate teórico e metodológico para situar e classificar as atividades participativas nas organizações estudantis. Para isso, neste estudo, adota-se como referência o esquema de análise causal elaborado e apresentado por José Augusto Guilhon Albuquerque na sua tese de doutorado, defendida na Universidade Católica de Louvain, Bélgica (1972).

No estudo intitulado *O Movimento Estudantil e Consciência Social na América latina*, Albuquerque (1977) realiza uma pesquisa empírica¹¹ sobre o comportamento e as atitudes dos estudantes latino-americanos na política estudantil em Louvain, para daí interpretar o movimento estudantil na América Latina. Na elaboração da sua tese, o autor cria, no capítulo IV, categorias e a partir delas analisa as atividades dos estudantes, classificando-as em modalidades de acordo com os tipos de organização.

De acordo com Albuquerque (1977), são três os tipos organizações estudantis: a *organização do tipo partidário*, a *organização do tipo Sindical* e a *Organização cultural ou de serviços*. A “*organização do tipo partidário*” é aquela cujo objetivo é político, como, por exemplo, as atividades relacionadas à tomada do poder nas organizações estudantis. Em regra, esse tipo de organização tende a conter conteúdos ideológicos de ensino que também podem se relacionar com problemas gerais da sociedade. A “*organização do tipo sindical*” é referente à representação dos estudantes na universidade e aos problemas universitários do ponto de vista do funcionamento da instituição. Já a “*organização do tipo de serviços*” são as atividades e os diversos serviços econômico-sociais prestados aos

¹¹ Foram entrevistados 180 estudantes latinos americanos da universidade Católica de Louvain (Bélgica) entre os anos de 1965 e 1970.

estudantes, bem como as suas reivindicações econômicas, como, por exemplo, transporte público, bolsas de estudo, alojamento, etc..

A partir dos tipos de organização, Albuquerque (1977) classifica as atividades dos estudantes (os meios empregados) em outras três categorias, que são as seguintes: *atividades Políticas*¹², *atividades de Formação*¹³ e *atividades de Serviços*¹⁴. Nesse contexto, o que o autor busca saber é se os meios empregados estão estreitamente ligados ao tipo de organização. Ao examinar os conteúdos dos diferentes sistemas de atitudes com respeito à organização e ao movimento estudantil, o autor chega ao resultado que cada tipo de organização favorece a um modo particular de ação, tanto no interior quanto no exterior da Universidade.

De acordo com Albuquerque (1977), é o fato dos estudantes participarem, de maneira mais ou menos intensa, dessas diferentes práticas que permite que eles organizem as suas condutas de participação em função de certos valores e é a partir disso que o aluno interpreta a sua própria experiência no movimento estudantil. Em outras palavras, o quadro situacional não determina as condutas dos estudantes, pois a ação das organizações estudantis é, em parte, determinada pelo sentido que os atores dão às organizações. Um dos resultados do estudo de Albuquerque é que as “*atividades de formação*” predominam nas “*organizações culturais e de serviço*”, sendo que essas atividades de formação são mais numerosas nas organizações do tipo de *serviços*.

No que diz respeito à intensidade da participação nas atividades das organizações estudantis, essas vão depender do tipo de ação em que os membros estão engajados, o que também depende do engajamento formal dos membros na organização. Outro resultado da pesquisa do autor é que a participação dos estudantes é mais intensa nas organizações do tipo *partidário* e mais fraca nas organizações do tipo *culturais e de serviços*. Entretanto, Albuquerque (1977, p.89) escreve: “Parece de fato, que encontramos atitudes diferentes associadas a cada

¹² Atividade políticas que são atividades propriamente partidárias do tipo: a conquista da direção do diretório acadêmico ou mobilização dos estudantes em função de pautas políticas cujo conteúdo tenha relação, como por exemplo, com a política nacional.

¹³ Atividades de formação são as que têm relação à organização de seminários, publicações ou ensino organizado pelos estudantes independente do conteúdo.

¹⁴ Esta tem relação a categoria de serviços como cantinas, livrarias, restaurantes criados ou gerenciados pelos estudantes, incluindo serviços de emprego (bolsas), aconselhamento profissional, serviços prestados por representante de turma etc..

tipo de organização e que a participação é tanto mais intensa quando mais o ator é engajado formalmente.”

Quanto à participação, Albuquerque (1977) a classifica em três tipos: a *participação ideológica*¹⁵, a *participação organizacional*¹⁶ e a *participação pessoal ou de consumo*¹⁷. Na *organização do tipo “Partidária”* acontecem atividades do tipo político, portanto será nesta que estudantes com *participação ideológica* tenderão a participar mais intensamente. Nas *organizações do tipo “Sindical”*, tende a acontecer atividades de *formação* e a participação mais intensa tende a ser a do tipo *organizacional* e nas *organizações do tipo “Cultural ou de Serviços”* as atividades tendem a ser de *serviços* e sendo a participação mais intensa a do tipo *pessoal* que é quando o estudante evoca sua responsabilidade pessoal e tende a criar ligações pessoais no seio da organização.

O presente estudo dissertativo adota as três categorias elaboradas por Albuquerque (1977) (a organização do tipo “Partidária”, a organização do tipo “Sindical” e a organização do tipo “Cultural ou de Serviços”) como um tipo ideal para a análise dos dados coletados neste trabalho. Entretanto, para a análise do movimento estudantil secundarista dos grêmios estudantis de Santa Maria, entre 2017 e 2018, essas categorias serão adaptadas e renomeadas: a organização do tipo “Partidária” passa a ser nominada “*organização secundarista do tipo I*”, a organização do tipo “Sindical” será a “*organização secundarista do tipo II*” e a organização do tipo “Cultural ou de Serviços” será chamada de “*Organização secundarista do tipo III*”.

Desse modo, são consideradas como “*organização Secundarista do tipo I*” todas as organizações em que o grêmio estudantil realize atividades de cunho ideológico programático, cujas pautas ou reivindicações podem se relacionar com problemas gerais da sociedade que vão além do espaço da escola, como, por exemplo, atos, manifestos, protestos, aproximação política com outros grêmios estudantis e aproximação com entidades de representação estudantil, como, por exemplo, USE, UMES, UGES, UBES, relação de trabalho com partidos políticos,

¹⁵ Corresponde a respostas que se referem a orientação do movimento.

¹⁶ Corresponde à referência pessoal ou à representatividade da organização.

¹⁷ Corresponde a respostas referentes à identificação pessoal dos estudantes, ou laços pessoais dentro da organização ou aos serviços prestados pela mesma.

relação de trabalho com sindicatos, relação de trabalho com movimentos sociais; relação de trabalho com líderes comunitários, entre outros.

Já a “*organização secundarista do tipo II*” são todas aquelas organizações cujo grêmio estudantil realize atividades do tipo organizacional, cujas pautas estejam relacionadas à estrutura e ao funcionamento da escola, como, por exemplo: encaminhar pedidos exigindo uma cantina na escola ou a mudança de horário do funcionamento da mesma; solicitar mudanças no horário de funcionamento da biblioteca e do acesso à quadra de esportes; pedidos formais de mudança de professor ou a destituição da direção; solicitar o uso ou o não uso de uniformes, bem como mudanças nos mesmos; requerer formalmente que se cumpram direitos de acessibilidades (rampas e elevadores para cadeirantes, banheiros adaptados etc.); solicitar internet; requerer armários; encaminhar pedidos de segurança dentro da escola; entre outros.

No que tange à categoria “*organização secundarista do tipo III*” é considerada aquela organização cujas atividades realizadas pelo grêmio estudantil são culturais, recreativas e assistenciais, dentro ou fora da escola, como, por exemplo: a organização de gincanas culturais; organização de feira de ciências, organização de excursões; organização de bailes; jogos interseriéis; campanhas de arrecadação de agasalhos; campanha de doação de sangue; visitas ou apadrinhamento de moradores em asilos; visitas ou apadrinhamento de abrigos ou lares de crianças que esperam por adoção; entre outros.

A partir destes três tipos ideais de organizações, a “*organização secundarista do tipo I*”, a “*organização secundarista do tipo II*” e a “*organização secundarista do tipo III*”, verifica-se como se caracteriza as organizações estudantis em Santa Maria, bem como as regularidades quanto à capacidade das atividades realizadas pelas organizações em mobilizar a participação dos estudantes secundaristas nos grêmios estudantis de Santa Maria.

3 UMA LEITURA AO ESTUDO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: DA UNE AO GRÊMIO ESTUDANTIL

A primeira manifestação estudantil que possui registro na história brasileira ocorreu em setembro de 1710, quando estudantes de conventos e colégios religiosos, enfrentaram, encurralando os soldados franceses que invadiram o Rio de Janeiro Poerner (2004). Conforme o ensino no Brasil foi se expandindo, principalmente com o surgimento de novas escolas e universidades, começam a ocorrer outros momentos de atuação política dos estudantes no cenário nacional. Segundo Mendes Jr. (1981), a história do movimento estudantil no Brasil é dividida em quatro fases: a primeira é chamada de “fase de atuação individual”¹⁸, a segunda é a “fase da ação coletiva”¹⁹, a terceira é a “fase da atuação organizada”²⁰ e a quarta e última é a fase de “atuação clandestina”²¹. Entretanto, é no ambiente das universidades que o movimento estudantil se organiza e se transforma no primeiro espaço institucionalizado de participação dos estudantes na política.

Meses antes do início do *Estado Novo* de Getúlio Vargas, em agosto de 1937, foi fundada a UNE. A entidade estudantil que acabou desempenhando um papel chave no processo de institucionalização do movimento estudantil no Brasil.

Desde a sua fundação, a instituição tornou-se o primeiro canal de representação e organização política dos estudantes universitários brasileiros. Já nos primeiros anos da sua fundação, a UNE toma posição e participa do cenário político do período, foi assim na oposição ao nazi-fascismo de Adolf Hitler em 1939 e na campanha do *Petróleo é Nosso* no ano de 1940. Um movimento a favor da nacionalização do petróleo que voltaria à agenda política em 1947, “A preocupação

¹⁸ Nesta fase o movimento estudantil ocorreu, em termos da divisão clássica da história do Brasil, no fim do período colonial e aos primeiros tempos do império e não existia nem um tipo de entidade ou organização a participação é estritamente individual e não se caracterizava como movimento. Mendes Jr. (1981).

¹⁹ Nesta fase aparecem às sociedades acadêmicas e tiveram importância política em períodos decisivos como, por exemplo, na campanha absolutista e no Movimento República. Em termos cronológicos ocorreu no Brasil o transcorrer do Segundo Reinado e o início da Primeira República e se estendeu até o início do Estado Novo (1937). Mendes Jr. (1981).

²⁰ Esta fase que se inicia em 1937 com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir daí todos os grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estar presente pela voz da UNE. Mendes Jr. (1981).

²¹ Trata-se de um período de três ou quatro anos, que teve o seu início no Ato Institucional nº5 no Governo Militar, mas significou uma fase de muita intensidade dos estudantes na clandestinidade. Mendes Jr. (1981).

com os problemas nacionais, da luta contra o analfabetismo à implantação da siderurgia, se manifestou em muitas das 60 teses discutidas nas 13 plenárias, tais como os estudantes e a siderurgia [...]” (POERNER, 2004, p.127). Na figura 1, uma foto de estudantes em 1937, num ato da fundação da UNE.

Figura 1 – Reunidos durante o encontro, os jovens batizaram a entidade como União Nacional dos Estudantes.



Fonte: <https://une.org.br/memoria/>

O ano de 1942 foi bastante significativo para UNE, pois foi o ano em que o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto de lei nº 4.080 que institucionaliza a entidade como a coordenadora e a representante dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o Brasil. Esse decreto possibilitou à entidade ocupar de modo oficial o centro do movimento estudantil no país e assim expandir a sua atuação por diversos diretórios acadêmicos de universidades por todos os Estados brasileiros. De acordo com Mendes Jr. (1981), é com a organização da UNE que começa a caminhada oficial do movimento estudantil no Brasil, que, aos poucos, foi ultrapassando os limites da representação formal dos estudantes universitários, transformando-se em uma entidade de luta política.

De acordo com Poerner (2004), em 1945, os estudantes já organizados pela UNE participam do processo de restabelecimento do sistema democrático no Brasil,

com um comício, na Praça da Liberdade, no Recife. O movimento estudantil nas décadas de 1940 e 1950, no Brasil, foi marcado por divergências e conflitos, consequências das mudanças sócio-políticas da 2ª Guerra Mundial e do suicídio de Getúlio Vargas. De 1940 até 1950 foram os anos em que as entidades estudantis se organizaram e o estudante brasileiro ganhou uma identidade como argumenta Ann Mische:

Meu argumento básico é que o período anterior, de 1960 a 1968, serviu como um nexos para a concentração de identidade. A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. (1997, p.140)

Na década de 1960, principalmente pós-golpe militar de 1964, foi um período que ficou marcado pela repressão dos militares, principalmente contra o movimento estudantil, com o fechamento de entidades, perseguições, exílios e mortes de estudantes. A sede da UNE, localizada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro foi incendiada por bandos repressores pró-golpe militar. Segundo Guedes (1980), a ditadura militar buscou aniquilar toda e qualquer resistência e para cumprir tal objetivo recorreu por vezes a táticas violentas na tentativa de quebra dos instrumentos de ação das forças populares. Com suas lideranças perseguidas e as entidades estudantis sobre intervenção ou fechadas, a UNE começou o seu trabalho de reorganização na clandestinidade.

No início de 1965, em São Paulo foi reorganizada a União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE e num congresso extraordinário elegeu a sua diretoria provisória com o intuito de organizar o XXVII Congresso da UNE, este o evento de forma clandestina foi realizado em julho de 1965 e reuniu 400 delegados estudantis de todo o país Dantas (1980). A partir desse ano, a UNE, com diversas entidades secundaristas, foi resistindo ao governo militar, sendo que nessa resistência muitos estudantes foram presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

De acordo com Lima (2013), os estudantes, no movimento estudantil de Santa Maria, no contexto da Ditadura Civil-Militar, entre os anos de 1964 a 1968, se dividiram entre apoios e resistências. Segundo esse autor, a divisão entre os contrários ao golpe e os apoiadores aparece de forma bem perceptível nas disputas

eleitorais nas duas principais entidades estudantis da Cidade, a União Santamariense dos Estudantes (USE) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (DCE - UFSM) e na ação de organizações como o Grupo da Vanguarda Cultural (GVC).

Havia, portanto, nesse período uma disputa interna nos movimentos estudantis de Santa Maria que dividia os estudantes santa-marienses em apoiadores das ações políticas da direita e do golpe militar e estudantes de esquerda, contrários à intervenção militar, fato que para Lima (2013) não era restrito apenas à cidade. Segundo esse autor, as lideranças estudantis alinhadas a uma ideologia liberal elitista que apoiaram o Golpe e deram suporte à Ditadura, no entanto isso não significou que estas aceitaram todas as pautas das reitorias e direções de escola ou defesa integral dos projetos educacionais e a legislação de controle elaborada pela Ditadura. Existiam as lideranças estudantis da esquerda estudantil que se dividiam por vínculos entre as diversas organizações clandestinas: PCdoB, depois Ala Vermelha, AP e POC. Tais grupos eram contra o governo militar e realizavam, em Santa Maria, algumas atividades, como panfletagens, pichações, comícios relâmpagos, mas, limitados pela conjuntura do período e pelas características militares da cidade, o que dificultava maiores manifestações políticas que marcava o movimento estudantil em outras partes do país, sobretudo em 1968.

O Ato Institucional nº 5, AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968 no governo de Costa e Silva representou um duro ato político do regime militar que restringiu ainda mais a pouca liberdade que ainda restava. O AI-5 manteve-se em vigor até dezembro de 1978 no final do governo do presidente Médici e não permitia a existência de oposição ao governo, os órgãos de representação estudantil foram interditados, sendo destruídas todas as possibilidades de funcionamento de uma oposição legal e democrática no país. “Sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, os mais inconformados começaram a se agrupar e arregimentar em organizações de luta armada” (POERNER, 2004, p.276). O fato é que 1968 foi um ano emblemático em termos da participação dos estudantes, se no Brasil o AI-5 reprimia com extrema força e rigor, na Europa os estudantes organizavam ondas protestos.

Em maio de 1968, na França, a União Nacional dos Estudantes da França - UNEF deu início a uma série de protestos que contou com o apoio de diversos setores da população francesa, como, por exemplo, os trabalhadores solidários às manifestações entraram em greve geral. Esse movimento estudantil francês conhecido como “Maio de 1968” foi bastante significativo, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista simbólico, tendo em vista que um dos seus desdobramentos foi a derrota do presidente De Gaulle nas eleições seguintes. De acordo com Thiollent (1998) as lutas universitárias de 1968 ocorreram durante um período de tempo no qual interferiam vários outros eventos históricos. A oposição à guerra americana no Vietnã mobilizou a juventude tanto nos Estados Unidos da América (EUA) quanto na Europa. Além disso, a revolta negro-americana, a luta armada na América Latina e na África, a Revolução Cultural na China (1966-1969) contribuíam para o clima de revolucionarização da juventude e do mundo universitário.

Se durante as décadas de 1960 e 1970 o movimento estudantil se articulou na resistência ao governo militar, no processo de transição democrática do governo autoritário para a democracia os estudantes voltam às ruas para defender o restabelecimento da democracia. Nos anos de 1983 e 1984, a UNE e as outras entidades secundaristas concentraram os seus esforços na luta por eleições diretas no Brasil e participaram junto com os partidos políticos, intelectuais, artistas e outros setores da sociedade civil organizada do movimento das “Diretas Já”. No entanto, as eleições só viriam a ocorrer, no Brasil, em 15 de novembro de 1989 em um pleito eleitoral que elegeu, pelo voto direto, o presidente Fernando Collor de Melo do Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

Dois anos pós ser eleito, em 1992, o presidente Fernando Collor foi denunciado por corrupção pelo seu irmão Pedro Collor. As denúncias de corrupção contra o presidente foram o principal motivo que deu início a uma série de protestos que tomaram conta do país, um movimento que ficou conhecido como “Fora Collor”, que exigia o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Essas manifestações de rua, ocorrem em quase todas as cidades brasileiras e contou com a participação de diversos setores da sociedade, principalmente com um significativo

número de jovens estudantes que tinham como uma das suas características pintarem os seus rostos, Os Caras-pintadas.

A cidade de Santa Maria acompanhou essa onda de protestos, de acordo com arquivos do jornal da cidade “A Razão” desde agosto de 1992, que foi o mês no qual começaram as primeiras denúncias que envolviam o presidente em casos de corrupção, começaram as primeiras manifestações políticas pró-impeachment em Santa Maria, que, no início, contou com menos 100 pessoas, alguns integrantes do grupo dos sem terras, estudantes e sindicalistas. Segundo o Jornal “A Razão” (1992) a manifestação começou com uma caminhada pelo calçadão que teve a participação de menos de 100 pessoas. Carregando bandeiras e gritando palavras de ordem, os participantes acompanhavam um caixão simbólico do presidente da República. Já a segunda manifestação levou um número expressivo de participantes. O ato pelo Impeachment levou multidão ao centro dessa cidade e até o dia 29 de setembro ocorreram no município de Santa Maria outras três grandes manifestações.

De acordo com Mische (1997), devido às generalizações de que a juventude brasileira do período era apática em relação à política, o envolvimento dos Carapintadas no movimento “Fora Collor” acendeu certo entusiasmo em muitos autores que se dedicaram a escrever artigos, textos e trabalhos com o propósito de interpretar a complexidade e a dinâmica do evento do Impeachment de 1992. Esses escritos abordavam desde a perspectiva do fortalecimento do movimento estudantil brasileiro, com nova consciência coletiva, até o surgimento de uma nova cidadania juvenil. Segundo Mische (1997), para se reexaminar a participação juvenil em 1992 é necessário localizar os pontos de conexão e de distanciamentos desses protestos a partir destas duas óticas: primeiro da estrutura relacional e cultural dos mundos juvenis num dado momento histórico e, segundo, da estrutura dos grupos organizados, que serve, às vezes, de maneira ambígua e contraditória, como “ponte articuladora” na fusão de projetos pessoais e coletivos.

A participação dos estudantes brasileiros é antiga e, como já foi escrito, aparece na historiografia desde 1710, mas, na maioria das vezes, mostra-se invisível perante a sociedade e só ganha visibilidade quando esses grupos participam de eventos que possuem relevância no país, como, por exemplo, na campanha “O petróleo é nosso” nos de 1940, na resistência na ditadura militar nos

ano de 1960, nas Diretas Já nos anos de 1980, no movimento “Fora Collor” nos anos 1990 e entre outros. Muitas vezes essa participação dos estudantes esteve vinculada às suas entidades de representação, como por exemplo, a UNE e a UBES etc.. Entretanto, as manifestações de 2013 atribuíram outros significados à participação dos estudantes, pois, majoritariamente, os estudantes que participaram dos protestos o fizeram de forma autônoma, ou seja, desvinculados das suas entidades tradicionais. No movimento das ocupações das escolas públicas da educação básica, entre os anos de 2015 e 2016, inicialmente, os estudantes secundaristas ocuparam várias escolas no Estado de São Paulo, foram ocupações que, no princípio, tinham como pauta principal a oposição à decisão do governo estadual de fechar algumas escolas e realocar alunos e, num segundo momento, por causa da falta de merenda escolar na rede de ensino estadual.

Este movimento de ocupações de escolas ocorrido em São Paulo, rapidamente, alcançou vários outros Estados brasileiros com um cruzamento de pautas. As ocupações das escolas no Rio Grande do Sul começaram em maio de 2016 e, em semanas, várias escolas foram ocupadas, as primeiras na capital Porto Alegre e logo em cidades do interior. Em Santa Maria, a maioria das ocupações dos estudantes contou com a atuação dos grêmios estudantis, no entanto algumas das escolas ocupadas não tiveram a presença dos grêmios estudantis, ou de qualquer outra entidade estudantil, essas foram ocupadas pelos próprios alunos de forma autônoma com apoio de alguns professores.

O fato é que a maior parte das atividades do movimento estudantil no Brasil realizadas ao longo da história, ocorreu com a presença ativa das entidades representativas dos estudantes, como, por exemplo, a UNE, chegando, muitas vezes, a história destas entidades representativas se confundir com a própria história do Movimento Estudantil. No entanto, de acordo com Bringel (2009), as ações coletivas, as lutas e as reivindicações dos estudantes, somente se traduzem ou podem ser consideradas com um movimento estudantil quando articulam uma série de elementos mínimos, como: a definição de reivindicações; as demandas; os objetivos coletivos; a exposição dessa problemática pelos interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; a organização com

certo grau de continuidade com caráter não institucional e com um trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente.

“Na atualidade, os jovens e a juventude continuam a desafiar teóricos e teorias em suas análises” (GHON, 2018, p.119). Parte da literatura em torno dos temas “juventude” e “política estudantil” deixam evidente que a participação social e política do movimento estudantil no Brasil não ocorrem de forma contínua ou crescente, mas sim por fases de fluxo e refluxo. Nesse sentido, Bringel (2009) escreve que o movimento estudantil no Brasil é de difícil caracterização e definição, pois, em regra, esse tende a ocorrer a partir da composição de diferentes ciclos de mobilização estudantil, possibilitando uma abordagem histórica das lutas dos estudantes, identificada por períodos de mobilização e desmobilização.

De acordo com Ghon (2018), as ações coletivas dos jovens estudantes são múltiplas e diversificadas, e partem de grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, com ideologias e princípios filosóficos também diversificados. A autora salienta que esses grupos coletivos tendem a se organizar de forma transnacional, com pautas que se repetem em vários outros países e que podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo, sendo que muitos desses jovens brasileiros estão retomando pautas autonomistas, tendo também o surgimento de organizações movimentalistas de jovens de perfil liberal ou conservador.

3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SANTA MARIA: INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO, CONTINUIDADES E RUPTURAS

Se para UNE a universidade é o lugar da sua atuação, para a UBES são as escolas de ensino básico (fundamental e médio), de ensino técnico e os cursos pré-vestibulares. Identificada com os estudantes secundaristas, a UBES como entidade de representação foi fundada em 1948, com colaboração da UNE, neste primeiro momento com o nome de União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UNES. No ano seguinte, em 1949, mudou o seu nome para a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e tornou-se a entidade máxima dos alunos secundaristas no território nacional. Desde a sua fundação, a UBES organiza e mobiliza a participação política dos estudantes secundaristas.

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1948, os secundaristas lideraram a campanha “O Petróleo É Nosso”, que defendia a nacionalização desta riqueza. No rastro do sucesso da campanha, foi organizado o I Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O evento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UNE, em 25 de julho de 1948, com representantes de praticamente todos os Estados do país, compondo a sua primeira diretoria. A entidade trocava de nome em seu segundo congresso, em 1949, para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES.

Assim como todas as outras entidades de representação estudantil, a UBES, no período do Golpe Militar em 1964, sofreu censura e coerção política, fato que a levou ao fechamento. Mesmo fechada, nesse período, a UBES manteve as suas atividades (na ilegalidade) até o fim do governo militar. No pós-governo militar, a entidade foi paulatinamente se refazendo, voltando a aparecer com força política nos anos de 1984 e 1985 quando se somou ao movimento das “Diretas Já”, mobilizando os estudantes secundaristas e participando ativamente no movimento de abertura política brasileira. Outro momento importante em que a UBES participou ativamente foi no movimento “Fora Collor”, em 1992.

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, a entidade se posicionou de forma oficial na defesa do passe livre nos transportes públicos e contra as políticas neoliberais do governo. Na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a UBES buscou manter uma postura independente, reivindicando mudanças na política econômica e mais recursos para educação e cultura.

Atualmente, a UBES continua as suas atividades com os estudantes secundaristas, organizando congressos regionais e nacionais. No que diz respeito especificamente ao movimento estudantil secundarista em Santa Maria, a entidade UBES não possuía, no período deste estudo, representante direto da entidade atuando no município. De acordo com o relato da ex-diretora de movimentos sociais da UBES na gestão de 2016:

[...] existe uma discussão interna na UBES para trazer em 2019 uns dos seus diretores para fazer um trabalho de mobilização e organização de grêmios estudantis nas escolas de Santa Maria, mas reafirmo a UBES não tem relação real com as escolas da cidade.

Quando questionada sobre a relação da UBES com a USE e com a UMES, a ex-diretora de movimentos sociais disse que a entidade UBES não tem, no

momento, nenhum contato com essas duas outras entidades. Segundo a ex-diretora, isso se dá pelo fato que tanto a USE como a UMES estão desmobilizadas, pois essas duas representações não realizam congressos ou outras atividades que promovam ou valorizem os estudantes secundaristas de Santa Maria.

Outra instância de representação dos estudantes secundaristas, em nível estadual, é a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES. Fundada seis anos antes da UBES, em 23 de outubro de 1943, a UGES é uma entidade de representação dos estudantes secundaristas no Estado do Rio Grande Sul. Assim como a UBES, a UGES tem a sua trajetória histórica marcada por mobilizações dos estudantes secundaristas no Rio Grande do Sul. Atualmente, a entidade conta com 137 grêmios filados e possui a sua sede no centro de Porto Alegre, na rua André da Rocha, número 216. Entretanto, os dirigentes dos grêmios estudantis da cidade de Santa Maria dizem não possuírem nem um contato com a UGES.

De acordo com o atual presidente da UGES (gestão 2018), a entidade tem dificuldade em se inserir em Santa Maria, fato que no seu entendimento ocorre por dois motivos: o primeiro são as direções das escolas de Santa Maria que demonstram resistência em ter grêmios estudantis e, segundo, pelo fato de que, no momento, a entidade está focada em fortalecer o movimento estudantil secundarista na cidade de Porto Alegre, como demonstra parte de um trecho da entrevista com o presidente da UGES:

Então, nós infelizmente temos pouco contato, pois em Santa Maria tem uma resistência das direções em ter grêmios estudantis, e nesse ano não conseguimos ir com a frequência que gostaríamos a cidade, pois alguns problemas aqui em Porto Alegre nos prenderam, mas para o próximo ano 2019 estamos com alguns contatos de estudantes para já no início, montarmos o máximo de grêmios na cidade.

Concentrada na região metropolitana do Estado do Rio Grande Sul, principalmente na capital Porto Alegre, a UGES tem realizado muitos protestos de rua, como demonstra a foto da figura 2.

Essa distância dos grêmios estudantis santamarienses e a as outras entidades USE, UMES e UBES aparece nas repostas ao questionário deste estudo, a maioria dos dirigentes dos grêmios estudantis dizem não ter contato com a nenhuma entidade de representação estudantil, tão pouco entre eles.

Figura 2 – Na sexta-feira do dia 9 de março de 2018, mais de 3 mil estudantes foram às ruas em Porto Alegre – RS, para protestar contra o aumento da passagem e em defesa do Meio-Passe.



Fonte: <http://www.uges.org.br/UGES/noticia.php?id=126>

O movimento estudantil secundarista em Santa Maria, atualmente, conta com sete grêmios estudantis em atividade, sendo cinco em escolas da rede de pública estadual e dois em escolas particulares e conta, oficialmente, com duas entidades de representação em nível municipal: a União Santamariense dos Estudantes – USE (1947) e União Do Movimento Estudantil Social – UMES (2012). Estas duas entidades, USE e UMES, representam todos os estudantes do ensino fundamental, médio, técnico, cursos pré-vestibulares e profissionalizantes de Santa Maria.

Fundada em 11 de Março de 1947, a USE é uma das entidades secundaristas mais antigas do Brasil. A data da sua fundação ocorreu antes mesmo da fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES (1948). Em 1964, no período da ditadura militar, mesmo dividida internamente entre os prós e os contras ao governo militar, a USE não se desarticulou mesmo no período do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Uma ala interna da USE se posicionou de forma contrária à ditadura militar e continuou lutando de forma clandestina pela redemocratização.

Como entidade de representação estudantil em Santa Maria, a USE completou, em 2018, setenta e um anos de existência. Alguns dos seus ex-membros e ex-líderes estudantis acabaram ganhando destaque na política do município, do

Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, como, por exemplo: Tarso Genro²², João Gilberto Lucas Coelho²³, Cezar Augusto Schirmer²⁴, José Haider Farret²⁵, entre outros.

A USE tem na sua história momentos de ações organizadas com os estudantes santa-marienses que culminaram em conquistas, como por exemplo, a luta pela garantia e pelo fortalecimento da carteira de meia-entrada dos estudantes no município. Ao longo da sua existência, a USE acabou se tornando uma referência para os estudantes secundaristas como demonstra a foto de 1992 (ver figura 3).

Nesse ano de 1992, juntamente outras entidades civis organizadas a USE, junto com os estudantes santa-marienses, saiu às ruas da cidade para protestar, vinculando-se ao movimento conhecido como “Fora Collor”.

O ano de 2008 foi outro importante período de atuação da USE. Contando com o apoio de professores da rede estadual do município, a entidade USE mobilizou os estudantes secundaristas das escolas estaduais de Santa Maria e junto com os professores realizaram vários protestos contra a tentativa de implementação de projetos da então governadora Yeda Crusius (PSDB), como: a “Escola de Latas” (salas de aula em contêineres) e a implementação da “Enturmação de alunos nas escolas”. Esse movimento conseguiu paralisar 100% das escolas estaduais em Santa Maria, dando início a uma sequência de paralizações em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

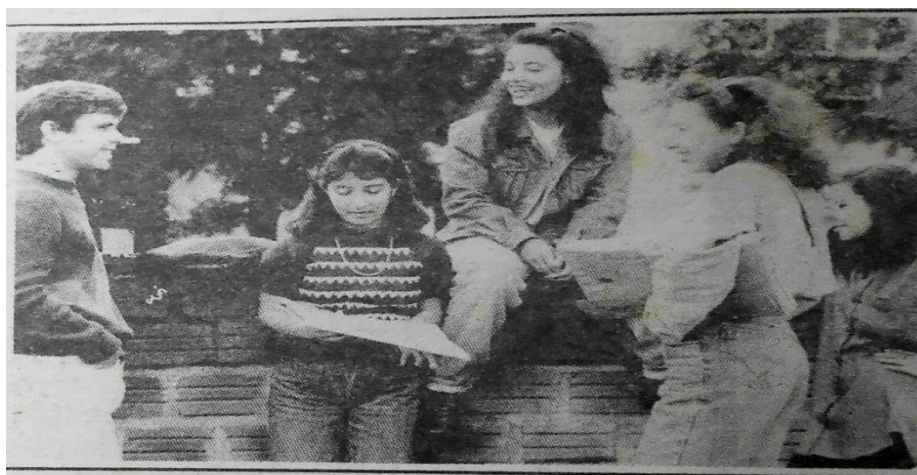
²² Tarso Fernando Herz Genro, nasceu em São Borja no Rio Grande do sul, em 6 de março de 1947. Tarso Genro é advogado, jornalista, professor universitário, ensaísta, poeta e político brasileiro que fez sua carreira política filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1968, foi eleito vereador pelo MDB em Santa Maria, em 1990 foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre na chapa de Olívio Dutra, foi eleito prefeito de Porto Alegre para dois mandatos, entre os anos de 1993 e 1996 e depois entre os anos de 2001 e 2004, foi ministro da Educação do governo Lula em 2004, em 2006 foi ministro das Relações Institucionais e ministro da Justiça em 2007. No ano 2010 elegeram-se governador do Rio Grande do Sul.

²³ João Gilberto Lucas Coelho, nasceu em Quaraí, 25 de abril de 1945 é um político brasileiro e foi eleito três vezes deputado federal pelo Rio Grande do Sul dos anos de 1975 a 1987.

²⁴ César Augusto Schirmer nasceu em Santa Maria (RS) no dia 23 de fevereiro de 1952. No ano de 1972, elegeram-se vereador em Santa Maria e foi deputado estadual do Rio Grande Sul por 20 anos de 1975 a 1994. No ano de 1998 elegeram-se deputado federal pelo RS e ocupou os mandatos nos anos de Deputado Federal por 10 anos de 1999 a 2009 e em outubro de 2008 foi eleito prefeito de Santa Maria e reeleito em 2012.

²⁵ José Haider Farret nascido em Santa Maria 13 de Março de 1942 é médico e político. Foi vereador em santa Maria entre de 1969 e 1972 e prefeito em dois mandatos o primeiro entre os anos de 1983 a 1988 e o segundo entre 1993-1996 e voltou ocupar o cargo na gestão de César Augusto Schirmer que se licenciou em 2016, pois era o seu vice-prefeito.

Figura 3 – Em 1992, dirigentes da USE e alunos reunidos na Escola Augusto Ruschi articulando o encaminhamento de solicitação de professores para escola.



Fonte: Paulo Carvalho/ Jornal A RAZÃO

Entretanto, toda essa trajetória de ações políticas da USE não foi capaz de fortalecer a entidade. Sem possuir uma sede própria, a entidade, nos anos de 2016, 2017 e 2018 de acordo com um dos membros do atual colegiado, a entidade passou por um processo de adequação estatutária e reestruturação e, por isso, continuará inativa até 2019, nesse período ficará sob a tutela de um colegiado de estudantes.

No dia 12 de novembro de 2012, foi fundada outra entidade de representação dos estudantes secundaristas no município de Santa Maria, a União do Movimento Estudantil Social – UMES, tendo como um dos seus principais objetivos garantir os direitos e os benefícios de todos os estudantes santa-marienses de qualquer nível escolar, em todos os estabelecimentos de ensino, tanto público quanto privado. Amparados pela Lei Federal 12.933/2013 e pelo Decreto Federal 8.537/2015 que asseguram aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral, a USE e a UMES confeccionam carteirinhas a todos os estudantes secundaristas da cidade.

Uma das principais críticas dos estudantes dirigentes dos grêmios estudantis de Santa Maria à UMES é que essa entidade atua de forma isolada, sem

aproximação com os grêmios estudantis de Santa Maria. A fala dos dirigentes de grêmios estudantis que tiveram contato com a UMES dizem que percebem que essa entidade está mais empenhada em comercializar carteirinhas de estudantes do que em realizar ações estudantis. De acordo com o atual presidente da entidade, empossado em janeiro de 2018 e que terá gestão até 2020, essa percepção dos dirigentes de grêmios estudantis se dá devido ao fato de essas entidades darem pouca abertura para UMES o que fez com que entidade criasse uma relação mais próxima direções com as escolas do que com as direções dos grêmios estudantis:

“Nós realmente temos uma abertura muito maior com as direções das escolas do que propriamente com os grêmios, pelo que eu te comentei, os grêmios estudantis em Santa Maria não são muito ativos. Algumas vezes nós os procuramos, só que eles não demonstram interesse em fazer alguma coisa e quando digo em fazer alguma coisa, obviamente é um projeto na escola deles. O que nós da UMES podemos fazer neste ano de 2018 para ajudar foi fazer com que a receita das carteiras fossem repassadas as escolas como foi feito, por exemplo, na escola Perpétuo Socorro e na escola Cilon Rosa onde 100% de toda a renda levantada com as carteiras dos estudantes foi destinada para a direção da escola e isto porque nós não temos aproximação com os grêmios. É muito difícil se aproximar dos grêmios das escola. Só tem uma escola aqui na cidade que eu conheço que é a escola Tancredo Neves, lá eles tem um grêmio estudantil ativo, mas lá eles tem uma aproximação com USE e por isso não os procuramos porque agente procura respeitar o espaço das outras entidades, ou seja, lá eles já tem quem tomas as iniciativa. Essa escola é a única em que eu diria que possui um grêmio estudantil realmente ativo.”

Ainda segundo o presidente, uma das características da UMES nesta gestão é tentar realizar um trabalho social com os estudantes, oferecendo, a partir da carteira de estudante UMES, outros benefícios que vão além da meia passagem, como, por exemplo, descontos na compra de produtos em mais de cem estabelecimentos comerciais conveniados com a entidade na cidade de Santa Maria. Do ponto de vista político, a entidade, nessa gestão, tenta ser neutra como ressalta o seu atual presidente: “Não costumamos debater pautas políticas por um motivo: nós servimos a estudantes liberais de direita, de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita, nós servimos a todos.”

3.2 O GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA: ASPECTOS FORMAIS, CONVÍVIO E TENSÕES

Os grêmios estudantis, como instâncias de representação dos estudantes secundaristas, têm como princípio representar democraticamente os estudantes tanto no ambiente interno da escola como também fora dela. A atuação do grêmio estudantil dentro da escola tende, na prática, a colaborar na organização política dos estudantes e na defesa dos seus interesses.

Respaldação pela Lei 7.398²⁶ de 4 de novembro 1985 e pela Lei nº 8.069²⁷ de 13 de julho de 1990, a formação de um Grêmio Estudantil não pode ser impedida em uma escola pública ou particular. Em regra, essas duas leis dão aos estudantes o direito de organizarem diretorias compostas somente por alunos secundaristas e, assim, participarem de forma autônoma do grêmio estudantil na sua escola. Segundo recomendações da UBES, para a formação do grêmio estudantil na escola é necessário alguns passos ou momentos que são os seguintes:

A formação de um grêmio estudantil se divide em cinco etapas. Num primeiro momento, o grupo que pretende formar o grêmio comunica à direção da escola, divulga a proposta entre os alunos, convidando os interessados e os representantes de classe (se houver) para formar a comissão pró-grêmio. Esse grupo elabora uma proposta de estatuto que será discutida e aprovada pela assembleia geral. Num segundo momento, a comissão pró-grêmio convoca todos os alunos da escola para participar da assembleia geral. Nessa reunião, decide-se o nome do grêmio, o

²⁶ LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e em sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º (VETADO).

§ 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

²⁷ A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 53º, estabelece, no inciso IV: o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

período de campanhas das chapas, a data das eleições e a aprovação do estatuto do grêmio. Nessa reunião também são definidos os membros da comissão eleitoral. Num terceiro momento, os alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição. Eles devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no grêmio estudantil. A comissão eleitoral promove debates entre as chapas, abertos a todos os alunos. Já num quarto momento, a comissão eleitoral organiza a eleição (o voto é secreto). A contagem dos votos é feita pelos representantes de classe, acompanhados de dois representantes de cada chapa e, eventualmente, dos coordenadores pedagógicos da escola. No final da apuração, a comissão pró-grêmio deve fazer uma ata de eleição para divulgar os resultados. No quinto e último momento, a comissão pró-grêmio envia uma cópia da ata de eleição e do estatuto para a direção da escola e organiza a cerimônia de posse da diretoria do grêmio.

É possível afirmar que a existência do grêmio estudantil depende da vontade dos estudantes de quererem se organizar e do incentivo da escola que é a instituição que oferece as condições estruturais para essa agremiação. O fato é que não existe grêmio estudantil sem escola, pois ela é o habitat natural dos estudantes secundaristas, o meio que abriga em si um ambiente difuso composto por relações complexas dentro e fora das suas dependências. Sobre esse fato, é possível retomar o pensamento de Abramovay e Rua (2002, p.95): “Toda escola situa-se em um espaço social e territorial cujas características afetam a sua rotina, as suas relações internas e as interações dos membros da comunidade escolar como ambiente social externo.”

Segundo Almond & Powell Jr. (1972), a estrutura escolar tende a ser depois da família a segunda influência mais poderosa na socialização política, pois as escolas podem desempenhar um importante papel na formação de atitudes sobre as regras do jogo político. Nesse sentido, para Ghon (2018) a escola tende a ser um polo de formação de cidadãos ativos desde que existam interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, ou seja, as lutas que são travadas pela educação podem ser o alicerce de uma nova história. Enfim, “A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença” Gohn (2018, p.129).

Ao pesquisar os jovens estudantes de Curitiba, Salla (1999) pondera que, no espaço da escola pública, observa-se o enfrentamento e a luta com graves problemas sociais que perpassam a sociedade e o espaço escolar com um aspecto complicador: a escola é apontada como uma instância solucionadora de problemas e conflitos e dela se exigem, em diferentes graus, respostas que são, hoje, bem maiores que a sua capacidade. Waiselfisz et al. (1998), ao entrevistar um grupo de alunos de uma escola particular de Brasília, verificou que estes jovens consideram a escola como uma instituição alienada de suas experiências e que devia fazê-los pensar.

Os jovens consideram a escola alienada de suas experiências de vida e uma obrigação, uma fatalidade. Criticam o ensino por não desenvolver temas fora do conteúdo programático: “Matéria, matéria, matéria... e você tem que aprender aquela coisa psicótica. Eu acho que o ser humano tem que aprender a pensar. Ter uma visão crítica em relação ao conhecimento”. (WAISELFISZ et al., 1998, p. 50)

De acordo com Abramovay et al. (2004a, p.25), “A escola pública se constitui em um campo vasto, plural e diversificado, marcado por uma série de dificuldades, ancoradas, principalmente, nas precárias condições educacionais.” No caso específico das escolas de Santa Maria, percebe-se que as escolas públicas estaduais de ensino convivem com realidades diferentes e diversas entre si. Embora haja essa diversidade é comum a convivência com problemas que estão relacionados, principalmente, ao baixo investimento em infraestrutura e à baixa remuneração dos docentes, estes não recebem o *Piso Nacional do Magistério* e vêm convivendo com um histórico de atrasos e parcelamentos de salários desde 2015.

Em Santa Maria, de acordo com os dados da Assessoria Pedagógica da 8ª CRE, foram, em 2018, matriculados 29.991 estudantes distribuídos em escolas públicas estaduais e escolas privadas do município. Pareceu-nos claro, nesta pesquisa, que a rede de ensino público Estadual em Santa Maria está em desvantagem quando comparada com a escola privada, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e ao próprio ano letivo da escola pública Estadual que, nesses últimos três anos, vem tendo paralizações, greves, ocupações e etc..

No ano de 2016, com apoio de alguns professores grevistas organizados pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS/Sindicato, alguns

alunos da rede estadual de Santa Maria ocuparam 8 escolas: O Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, a Escola Dr. Walter Jobim, a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, a Escola Estadual de Educação Básica Manoel Ribas, a Escola Estadual Profa. Margarida Lopes, a Escola Estadual de Educação Básica Augusto Ruschi e o Colégio Estadual Tancredo Neves. Entre as variadas pautas, os alunos reivindicavam melhorias no ambiente escolar e valorização salarial dos professores.

As ocupações nas escolas em Santa Maria (ver figuras 4 e 5, p. 53) ocorreram num processo que se desdobrou a partir de um ciclo de ocupações que teve origem nas escolas da cidade de São Paulo. Algumas ocupações foram tensas, porque nelas alguns pais eram contra o fechamento da escola como relata o presidente do grêmio estudantil do Colégio Estadual Tancredo Neves: “Decidimos ocupar e resistir, naquela primeira madrugada ninguém dormiu, sendo que alguns pais da comunidade já tinham arrancado os nossos cartazes que avisavam que a escola estava ocupada”. Vale destacar a matéria publicada pelo jornal o *Diário de Santa Maria* de 30 de maio de 2016:

Os alunos reclamam da falta de dinheiro para a merenda, da infraestrutura da escola e da falta de segurança, de materiais básicos e de um coordenador pedagógico. Ainda, na pauta de reivindicações dos responsáveis pela ocupação está a construção de um ginásio de esportes e a manutenção do laboratório de informática da escola.”

Legalmente, como representante dos interesses dos estudantes, o grêmio estudantil não tem o poder de deliberar na escola, entretanto a sua existência é garantida pela lei 7.398. Essa lei dá o direito aos estudantes de organizarem de forma autônoma e livre o grêmio estudantil na sua escola e, a partir dele como entidade representativa, reivindicarem democraticamente os seus interesses. Mesmo que genericamente, é possível perceber que a escola é um espaço organizado por uma rotina institucional e hierarquia de poder. Nesse sentido, muitas vezes, as divergências e os conflitos de interesses entre os próprios estudantes e os estudantes e a direção da escola se dão num campo de debate onde o choque de posições entre os estudantes é inevitável. Um dos principais pontos de tensão, nesta relação grêmio estudantil e escola, está no limite da atuação e no lugar do grêmio estudantil no interior da escola.

Figura 4 – Colégio Estadual Tancredo Neves ocupada



Fonte: Jean Pimentel / Agencia RBS

Figura 5 – Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha ocupada



Fonte: Jean Pimentel / Agencia RBS

Ao analisar a relação dos estudantes dirigentes de grêmios estudantis em quatro escolas da rede estadual de São Paulo, Aparecida da Graça Carlos (2006) conclui que na maioria das escolas pesquisadas, os professores, os funcionários e a

direção apoiam ou estimulam a sua atuação do grêmio estudantil, o problema maior são os outros colegas que obstaculizam as suas ações. Em apenas um grupo dirigente de uma das quatro escolas o resultado foi diferente, nesse caso, os professores, os funcionários e a direção, mais obstaculizam do que apoiam e estimulam a ação do grêmio.

De acordo com Carlos (2006), pode-se compreender a escola como um universo complexo que do ponto de vista político possui seus procedimentos e regras, tanto para o seu funcionamento, como para a escolha de funções como as de diretores e de vice – diretores, principalmente a escola pública estadual, além de existir nas escolas uma relação de hierarquia e de poder que tende a exigir tanto dos discentes quanto dos docentes uma articulação política. Segundo Arroyo (2012, p.35), “As relações entre os docentes e os ordenamentos curriculares passaram a ser um campo de debates, de estudo, de encontro nas escolas e nos cursos de formação”. Entretanto, mesmo que genericamente, pode-se afirmar que, em regra, a escola tende a ser um ambiente político, constituída por disputas democráticas, em alguns casos configura-se um espaço autoritário.

3.3. JUVENTUDE? IDADE E SITUAÇÃO JUVENIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Com o tema juventude em aberto, o grande desafio dos estudos sobre os jovens é realizar uma análise que possibilite formular parâmetros que demonstrem, de forma precisa, quando começa e quando termina a juventude. Segundo as Nações Unidas, são considerados jovens as pessoas entre as idades de 15 e 24 anos (UNESCO, 2018). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8069/90 Art. 2º, de 13 de julho de 1990, considera-se adolescente os/as jovens entre 12 e 18 anos de idade. No entanto, percebe-se que a categoria juventude não é um conceito absoluto, definido apenas pela faixa etária, pelo contrário, a literatura em torno do tema apresenta vários conceitos e diferentes formas de ver os jovens que variam conforme a sociedade e a cultura. “Uma definição cultural de uma faixa etária ou de uma gama de idades é sempre uma ampla definição de potencialidade e obrigações humanas numa dada fase da vida”, Eisenstadt (1976, p.2).

Para esse autor, durante a vida, todos os seres humanos passam por diferentes fases e em cada uma delas os indivíduos adquirem diferentes capacidades biológicas e intelectuais, ou seja, em cada fase da vida os indivíduos executam tarefas e assumem diversos papéis sociais. De acordo com Eisenstadt (1976), existe uma progressão, um *continuum* do conhecimento que é transmitido de uma geração para a outra geração o que promove um movimento juvenil, desse modo os grupos etários dos jovens adquirem características e padrões de comportamento numa inter-relação com as outras gerações.

De acordo com Bourdieu (2003), o termo juventude é só uma palavra, porque existe uma divisão arbitrária entre as idades, uma fronteira centrada na classe social, essa manipulada por um jogo de poder e disputas entre juventude e velhice em todas as sociedades. Segundo Bourdieu (2003), existem duas juventudes com muitas diferenças que colocam de um lado jovens proletários que precisam trabalhar e sequer vão ter adolescência, onde as imposições só podem ser atenuadas com o trabalho e do outro lado a juventude burguesa com a mesma idade biológica, no entanto com facilidades econômicas, ou seja, há uma diferença entre a condição juvenil e as situações juvenis, portanto, o ser jovem é uma construção social.

Adito isto, as "duas juventudes" não apresentam outra coisa senão os dois pólos, os dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos "jovens". Uma das contribuições interessantes do trabalho de Thévenot, é mostrar que, entre estas posições extremas, o estudante burguês e, no outro extremo, o jovem operário que não chega sequer a ter adolescência, encontramos hoje todas as figuras intermediárias. (BOURDIEU, 2003, p.154)

Segundo Foracchi (1965, p.58), "O jovem, para se transformar em estudante, deve, em nossa sociedade, modificar os vínculos de dependência que o prendem à família redefinindo, assim, sua condição de manutenção." Nesse sentido, para Foracchi (1965), os estudantes são uma categoria social que está posicionada em dois pontos concretos: o primeiro é aquele que compreende a sua condição particular de estudante, através da dependência material ou moral e do seu papel social que o torna um ator com posição peculiar na sucessão das gerações; o segundo é o que funciona como elo, ou seja, como o ponto de confluência e das contradições de uma sociedade de classes em formação. Nesse sentido, a condição

de jovem está associada à noção de estudante como categoria social. De acordo Foracchi (1965, p.58), o estudante é resultado de uma construção social, que tende a agir para modificar a sua situação:

[...] embora o estudante seja socialmente produzido por um conjunto de condições e fatores que modelam o seu comportamento, suas atitudes e valores, êle também age no sentido de modificá-los. Insistimos sobre êsse aspecto porque êle é decisivo para que se compreenda o estudante como categoria social.

Segundo Castro (2009, p.486), “Ser jovem, hoje, não encerra apenas a preparação para, um dia, ser adulto, mas a vivência de possibilidades subjetivas e estruturais condizentes com esse momento da vida.” Buscando superar os aspectos ligados a faixa etária e a condição de estudante do termo juventude, Abramo (1997) desenvolve a concepção de juventude associada a uma cultura juvenil, essa vinculada a um estilo de vida, uma concepção de jovem bastante difundida na corrente funcionalista da sociologia:

[...] como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. (ABRAMO, 1997, p.29)

De acordo com Abramo (2005), no Brasil, a primeira fase de estudos sobre os jovens, ocorreu até os anos 1960 e, nesse início, a visibilidade do termo juventude ficou restrita a jovens escolarizados de classe média. Nessa primeira fase, o debate girou em torno dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento aos partidos políticos. Segundo a autora, só depois, numa segunda fase, no final do século, o debate mudou seu curso e foco e voltou-se para os jovens em situação de risco, surgindo nesse segundo período uma mobilização em torno da defesa dos direitos dos jovens no Brasil. No entanto, “A percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá” (ABRAMO, 2005, p.39). Nessa nova mudança, surgiram novos

atores juvenis, que emergiram de setores populares, principalmente ligados ao meio cultural.

Tal como é colocado por Abramo (2005), é possível se ter uma compreensão do significado de jovem no Brasil a partir de uma condição juvenil ligado a uma conjuntura histórica que se movimenta da dependência socioeconômica e da necessidade de proteção para a participação com demandas e direitos nas decisões que regulam a sociedade. Nesse sentido, Abramovay (2004b, p.173) escreve que “O espaço social onde esses jovens se desenvolvem demarca e caracteriza nitidamente o seu dia-dia, e a vida cotidiana emerge como a concreção das relações sociais.”

Quanto à influência da cultura, Meluci (2007, p.31) escreve que “sociedade não é a tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, ela lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos.” Segundo o autor, num processo de socialização, os conflitos na sociedade acontecem em áreas onde há um maior investimento simbólico e informacional, portanto nestes lugares os indivíduos estão mais expostos às pressões sociais. Trata-se da imposição do poder que regula os fluxos de informações, portanto o desafio simbólico está na reversão dos códigos culturais impostos socialmente.

Neste capítulo, a maior parte do debate realizado esteve em torno da noção de Juventude e seus aspectos etários. Neste contexto, utilizou-se, como base para este debate, algumas perspectivas teóricas de estudos que compreendem o conceito de juventude como algo construído socialmente, ora ancorado pela experiência de classe social (Bourdieu, 2003), ora visto como uma categoria geracional e social-estudantil que substitui a geração atual (Eisenstadt, 1976, Foracchi 1972) ou por uma condição que tem sua origem na sociologia funcionalista e que processa na aquisição de elementos da cultura que dessa forma se distancia do ciclo biológico e etário, ou seja, os elementos da cultura são incorporados e adquiridos na transição para a vida adulta (Abramo, 1997). Entende-se que não há, por parte da literatura um consenso ou uma negação completa de que a condição juvenil possa ser ou não definida por marcos etários. O certo é que por falta de consenso não se pode precisar quando começa e quando termina a juventude. De

acordo com Okado (2013, p.32), “A preocupação em definir, em termos etários, o término da juventude tem intrigado sociólogos e demógrafos nos últimos anos. Os marcadores de transição têm se mostrado imprevisíveis para delimitar esta etapa da vida.” No entanto, neste estudo utiliza-se como parâmetro de análise a noção de juventude adotada pela *UNESCO BRASIL* que considera jovem os indivíduos que estão em fase de transição entre 15 e 24 anos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS

O questionário aplicado em escolas públicas e particulares de Santa Maria – RS foi construído com o intuito de coletar os dados necessários para extração de informações acerca do funcionamento, estrutura e gestão dos grêmios estudantis. Essas questões foram estruturadas em blocos de perguntas, algumas fechadas em alternativas e outras abertas possibilitando aos entrevistados dissertarem nas respostas. Utiliza-se, neste estudo, as letras A, B, C, D, E, F, G para nominar os grêmios estudantis em virtude do compromisso assumido no “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” de manter em sigilo a identidade dessas agremiações, sobre os estudantes e escolas que participaram da presente pesquisa.

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS

O grêmio estudantil A realiza as suas atividades em um colégio público que está localizado num bairro central de Santa Maria e pertence à Rede de Ensino Estadual. No ano de 2017, segundo os dados apresentados em 2018 pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação – 8ª CRE, foram realizadas neste colégio as matrículas iniciais por Etapa de Ensino de 883 estudantes, sendo 385 no ensino fundamental, 423 no ensino médio, 10 na educação especial e 15 na educação de jovens e adultos (EJA).

Esse grêmio estudantil é composto por um grupo diretivo de dez estudantes, todos matriculados no ensino médio e pertencentes à faixa etária de 16 a 18 anos de idade. Dos dez dirigentes desse grêmio estudantil, sete são do sexo feminino e três do sexo masculino. Questionados se possuem vínculos trabalhistas, três dos dirigentes assinalaram a opção “Sim”, e sete marcaram a alternativa “Não”. Na questão sobre a escolaridade dos pais, apenas um dirigente escreveu que os seus pais possuem o Ensino Superior completo, os demais alunos da direção, seis escreveram que os seus pais possuem Ensino Médio completo, um que os pais têm o Ensino Médio incompleto e três dirigentes escreveram que os pais têm o Ensino Fundamental completo. Quanto às profissões dos pais desses dirigentes, os estudantes escreveram as seguintes: jornalista, funcionário público, comerciante

balconista, comerciário gerente, enfermeiro, faxineira, pedreiro, policial militar, do lar, assessor comercial, motorista. Quando entrigados sobre a filiação partidária dos pais, apenas um alunos assinalou a opção “Sim”, que tanto o pai quanto a mãe têm filiação partidária.

No questionário também foi perguntado se o colégio realiza eleições para a escolha da sua direção, nesta questão todos os entrevistados responderam marcando a alternativa “Sim”, que o colégio faz eleições para a escolha da direção. Na questão sobre se já haviam votado em alguma eleição para a escolha da direção da escola, seis dos estudantes dirigentes assinalaram a alternativa “Sim” e quatro marcaram a opção “Não”. Nas três perguntas seguintes: a primeira se o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio, a segunda se tem estatuto e a terceira se possuem o documento da Ata, todos os dez discentes assinalaram a opção “Sim”. Com essa marcação, informaram que existe uma sala reservada exclusivamente para o uso do grêmio estudantil, que a organização grêmio estudantil possui estatuto onde está escrito o regulamento da organização, bem como as regras do seu funcionamento e que o grêmio estudantil possui o documento da Ata no qual são registradas as atividades do grêmio estudantil.

Sobre a relação da direção do grêmio estudantil com a direção da escola, os dez estudantes do grupo de dirigente escreveram que possuem uma boa relação com a direção da escola, mas que essa poderia ser melhor. Quando questionados sobre se as demandas do grêmio estudantil são atendidas quando encaminhadas à direção, seis dirigentes responderam que as solicitações, em regra, tendem a ser atendidas pela direção e quatro escreveram que não sabem dizer se são atendidas ou não.

Ao serem questionados se era a primeira vez que participavam da direção do grêmio estudantil os oito alunos marcaram a opção “pela primeira vez” e dois alunos responderam que estavam há mais de uma gestão na direção do grêmio. Já sobre o tempo em que cada aluno está atuando na direção do grêmio estudantil, quatro relataram estar há dois anos na direção, três estão há um ano e dois há alguns meses. Já sobre o motivo que os levou a quererem participar do grêmio estudantil, as respostas foram variadas: “querer fazer a diferença na escola”, “por

gostarem de participar das atividades da escola” e ”porque desejam fazer mudanças e melhorias na escola”.

Sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes na atuação como dirigentes do grêmio estudantil, houve três respostas: “dificuldade em conseguir permissão da direção para realizar algumas atividades”, “falta de apoio da direção da escola, pois não levam muito a sério as atividades do grêmio estudantil” e “dificuldade em conseguir motivar os outros estudantes não dirigentes a participarem das reuniões e das assembleias realizadas no grêmio estudantil.” A respeito da filiação partidária, só um aluno diz ter filiação partidária e sobre possuir o título de eleitor quatro alunos marcaram a opção “Sim”, que possuem título eleitoral, no entanto só um dos quatro alunos votou em eleição.

A questão acerca da frequência com que é realizada as reuniões do grêmio estudantil por semestre, a resposta foi de duas por semestre. Já a respeito da realização de assembleias, os estudantes escreveram que não realizam assembleias. Outro ponto questionado diz respeito às tomadas decisões no grêmio estudantil e a opção assinalada por todos os alunos foi a de que as decisões no grêmio estudantil são tomadas por todos os dirigentes. Na questão que tange à participação dos outros estudantes (os membros não dirigentes), oito dos dirigentes responderam que os outros estudantes não demonstram interesse em participar e dois escreveram que um pequeno número de alunos aparenta interesse.

No que diz respeito às atividades realizadas pelo grêmio estudantil, os dirigentes relataram: realização de campanha de doação de sangue, organização da semana farroupilha dentro da escola, campanhas de doações de roupas e alimentos em lugares como asilos de idosos (no Lar das Vovozinhas) e orfanatos. Questionados sobre o que entendiam ser um êxito do grêmio estudantil, os dez dirigentes explicitaram três: o primeiro, a campanha de doação de sangue; o segundo, ganhar uma sala; o terceiro, organizar festinhas. Sobre o que eles entendiam ser um fracasso do grêmio estudantil a resposta foi unânime: não conseguir que os outros estudantes membros do grêmio estudantil participassem das reuniões e dos eventos. Essa percepção da pouca capacidade de mobilizar os alunos está refletida na questão seguinte, onde sete dos estudantes dirigentes

marcaram a opção que denota a baixa participação dos outros estudantes, dois assinalaram como média a participação e apenas um apontou ser alta.

Ainda sobre a participação, há a pergunta se a participação dos outros alunos ajuda ou atrapalha a tomada de decisão. Dos dez estudantes dirigentes, sete responderam que atrapalha e três escreveram que ajuda na tomada de decisões. Quando questionados sobre a relação do grêmio estudantil com as outras entidades de representação estudantil, a USE, UMES e UBES, a resposta foi unânime: os dez dirigentes escreveram que não têm contato com essas entidades. Quando questionados se na sua percepção o grêmio estudantil está conseguindo mobilizar a participação dos outros estudantes, nove dos dez estudantes assinalaram a opção “Não”, apenas um marcou a alternativa “Sim”.

A outra escola selecionada a participar deste estudo por possuir grêmio estudantil (grêmio estudantil B) integra a rede de Ensino Médio Estadual de Santa Maria – RS, e pertence a 8ª CRE. Essa escola está localizada na região central dessa cidade e possui Ensino Médio, Ensino Técnico Profissionalizante Subsequente e Ensino Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. De acordo com os dados apresentados, em 2018, pela 8ª CRE, no ano de 2017 foram matriculados nessa escola 907 estudantes, 523 no Ensino Médio, 113 no Ensino Médio Integrado e 271 na Educação Profissional.

A direção do grêmio estudantil B é composta por onze estudantes e dois suplentes, o questionário foi aplicado em cinco desses estudantes, quatro do sexo feminino e um do masculino. Todos os cinco alunos estão no ensino médio e pertencem a uma faixa etária entre 15 e 17 anos de idade. Ao serem perguntados se algum dos estudantes tinha vínculo trabalhista, todos os cinco dirigentes marcaram a alternativa não. No que diz respeito à escolaridade dos pais e sua filiação partidária, dos cinco alunos apenas dois relataram que os pais possuem 3º grau completo e no que tange à filiação partidária nenhum dos pais possui filiação partidária.

Em relação às eleições na escola para a escolha da equipe diretiva, os cinco alunos responderam que a escola realiza eleições e todos já votaram na escolha da direção. Quando questionados se o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio, se possui estatuto e o documento Ata, os alunos responderam que sim, que o grêmio estudantil dispõe uma sala própria, de uso exclusivo, possui estatuto onde

está escrito o regulamento e o conjunto de regras sobre a organização e o funcionamento do grêmio estudantil e documento Ata, no qual são registradas as atividades. Na questão que trata sobre a relação da direção do grêmio com a direção da escola, os alunos escreveram que, de um modo geral, a relação é boa. No que tange às solicitações e demandas encaminhadas pela direção do grêmio à direção da escola, três dirigentes responderam que as solicitações, em regra, tendem a ser atendidas pela direção e dois apontaram que, em geral, são apenas escutadas e não atendidas.

Quanto às atividades realizadas pelo grêmio estudantil, os estudantes dirigentes informaram as seguintes: mutirão de limpeza do espaço do grêmio estudantil; realização de uma campanha para arrecadar fundos em benefício de uma aluna; a organização da festa de natal de 2017; a organização da festa de integração dos alunos; a organização da festa do ridículo; a organização de gincanas e a organização dos jogos escolares internos (interséries). Em relação ao tempo em que os estudantes estão na direção do grêmio, dos cinco alunos dois está há um ano na direção e três há alguns meses. Sobre o motivo de quererem participar dessa agremiação, as respostas foram as seguintes: “querer dar voz aos estudantes”, “atender as necessidades de melhorias, tanto para a escola, quanto para os alunos” e “decidi entrar para tentar fazer atividades entre os alunos”. Sobre a questão se já haviam participado ou se era a primeira vez que participavam da direção do grêmio estudantil, os cinco alunos responderam que participavam pela primeira vez da direção do grêmio e quando questionados sobre as dificuldades encontradas na direção do grêmio estudantil as respostas foram as seguintes: dificuldades em solucionar as questões relacionadas à comunicação dos turnos na escola, entre o diurno e o noturno; a falta de apoio da direção da escola, pois, na maioria das vezes, a direção da escola não aprova os projetos do grêmio estudantil; e dificuldade em mobilizar os alunos dos três turnos em participar dos assuntos referentes ao grêmio estudantil.

Questionados sobre a filiação partidária, somente um estudante dirigente relevou ter filiação partidária e sobre possuir título eleitoral, nenhum dos estudantes afirmou ter o título de eleitor. Quanto à frequência da realização das reuniões por semestre, a resposta foi de duas reuniões por semestre e uma assembleia por

semestre. Quanto à tomada de decisão no grêmio estudantil, quatro estudantes dizem ser tomadas por todos os dirigentes e um diz ser por todos os dirigentes e pelos não dirigentes. No que tange à participação dos alunos no grêmio estudantil, quatro dirigentes responderam que os outros estudantes demonstram interesse em participar e um escreveu que não demonstram interesse em participar. Na questão que trata sobre escrever um êxito do grêmio estudantil, os alunos escreveram como êxito a organização da festa do ridículo e a organização da festa de natal, onde houve a participação dos alunos do 1º e 2º anos do ensino médio. Quanto a um fracasso da direção, um dos alunos mencionou ser não conseguir muito apoio da direção e quatro afirmaram que por enquanto não houve nenhum fracasso.

Foi perguntado como os alunos dirigentes percebem a participação dos outros alunos no grêmio e a resposta de todos foi “média”. Já sobre se a participação de muitos alunos ajuda ou atrapalha, todos responderam que ajuda, pois entendem que melhora a comunicação. Quando questionados sobre qual era a relação do grêmio estudantil com as outras entidades de representação estudantil, como por exemplo, USE, UMES e UBES, nesta questão todos escreveram que não possuem contato com nenhuma dessas entidades. E sobre a capacidade de mobilização dos cinco dirigentes, dois assinalaram que não estão conseguindo mobilizar a participação dos estudantes e três marcaram que sim.

A escola na qual atua o grêmio estudantil C integra a rede de Ensino Estadual, pertence a 8ª CRE, conta com um grêmio estudantil ativo e está localizada na zona norte de Santa Maria – RS. Segundo os dados publicados, em 2018, pela 8ª CRE, em 2017 foram matriculados nesta escola 402 alunos, desses 127 no Ensino Fundamental, 153 no Ensino Médio e 122 na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A direção desse grêmio é composta por oito estudantes, foi possível aplicar o questionário a quatro estudantes, todos do sexo feminino. Essas quatro alunas estão no ensino médio e pertencem a uma faixa etária entre 19 e 22 anos de idade. Quando questionadas se trabalham, as quatro alunas dirigentes marcaram a opção sim, indicando que possuem vínculo trabalhista.

No que diz respeito à escolaridade e à filiação dos pais, apenas o pai de uma aluna tem o ensino fundamental, das demais tanto o pai quanto a mãe não concluíram o ensino fundamental. As profissões exercidas pelos pais desses alunos

dirigentes são: diaristas e auxiliares de serviços gerais. Sobre a filiação partidária apenas uma mãe possui filiação partidária. Quando indagadas se a escola realiza eleições para a escolha da direção da escola as quatro alunas indicam que sim, a escola realiza eleições e as quatro alunas já votaram na escolha da direção. Nas questões que buscam saber se o grêmio dispõe de um espaço próprio, estatuto e documento da ata, onde são registradas as atividades da entidade, as quatro alunas responderam assinalando a opção sim, que o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio, uma sala para o seu uso exclusivo, e possui estatuto e ata.

As dirigentes dizem ter uma relação que está entre ser boa e ótima com a direção da escola. De acordo com a resposta das quatro alunas, em regra, as solicitações do grêmio estudantil, quando encaminhadas para a direção da escola, tendem a ser atendidas. Sobre o tempo que alunas fazem parte da direção do grêmio estudantil da escola, das quatro alunas uma aluna está há três anos, uma aluna há dois anos e as outras duas há um ano. No que tange ao porquê de participar da direção do grêmio estudantil, as respostas escritas se alinharam em “Querer ajudar a escola”. A respeito das dificuldades encontradas, a resposta foi a seguinte: “Dificuldade em fazer a transição de um presidente que renunciou para outro que assumiu.” Quanto à filiação partidária, essas quatro dirigentes marcaram a opção não ter filiação partidária. Já se possuem título de eleitor, as quatro alunas marcaram a opção sim, que possuem título eleitoral, e todas já votaram para presidente, governador e prefeito.

Na questão sobre a frequência em que são realizadas as reuniões do grêmio estudantil por semestre, a resposta foi de quatro reuniões por semestre. Já sobre o número de assembleias as alunas disseram ser três por semestre. Quanto às tomadas de decisões no grêmio estudantil, duas alunas assinalaram a opção que diz que as decisões são tomadas por todos os dirigentes e as outras duas marcaram a opção que as decisões são tomadas só pelo presidente. A respeito do interesse dos outros estudantes em participar dos assuntos relativos ao grêmio estudantil as quatro alunas responderam que somente alguns poucos estudantes demonstram interesse em participar. Sobre as atividades realizadas pelo grêmio estudantil as dirigentes escreveram as seguintes: apoio à luta dos professores em manifestações, a organização de festas comemorativas para arrecadar fundos financeiros para o

grêmio estudantil, a organização de festas juninas na escola, a organização das festas natalinas e gincanas na escola.

Quando questionadas sobre um êxito do grêmio estudantil as alunas dirigentes responderam que foi o modo como grêmio estudantil conseguiu integrar os três turnos da escola nos seus eventos. Já o fracasso, as alunas escreveram que foi a incapacidade da direção em conseguir fazer a transição da presidência do grêmio estudantil quando houve a saída do então presidente que mudou de escola. Na questão que se refere a como as alunas dirigentes percebem a participação dos outros alunos no grêmio estudantil, as respostas foram média participação. A respeito da relação do grêmio estudantil com as outras entidades (USE, UMES e UBES), as quatro alunas escreveram que não há relação. Sobre se o grêmio está conseguindo mobilizar os outros estudantes, a respostas foram que não estão conseguindo fazer com que os outros alunos participem do grêmio estudantil.

O grêmio estudantil D pertence a uma escola que, como as anteriores, integra a Rede Estadual de Ensino, ela está localizada no centro de Santa Maria – RS. Em 2017, de acordo com os dados revelados no ano de 2018 pela 8ª CRE, foram matriculados nesta escola 1.694 estudantes, sendo 93 na Pré-Escola, 872 no Ensino Fundamental, 395 no Ensino Médio, 12 na Educação Especial e 322 na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A direção do grêmio estudantil D é composta por um total de sete estudantes na faixa etária dos 15 aos 17 anos, dois estudantes do ensino fundamental e três do ensino médio. Foi possível aplicar o questionário em cinco desses alunos, sendo quatro estudantes do sexo feminino e um aluno do sexo masculino. Na questão que aborda a relação dos estudantes com o trabalho, dos cinco estudantes dirigentes apenas uma aluna trabalha. Sobre a escolaridade dos pais dos cinco alunos dirigentes entrevistados, todos os pais tem o ensino médio completo, apenas uma mãe possui curso superior. As profissões desses pais são de mecânicos, comerciários, funcionário público e uma professora. Quanto à filiação partidária dos pais, nenhum pai ou mãe dos alunos é filiado a partidos políticos.

Questionados se a escola realiza eleição para a escolha da direção da escola, os alunos assinalaram a opção sim, que escola realiza eleição para escolha da direção, sendo que desses cinco estudantes, três já votaram na escolha do (a)

diretor (a) da escola. Quando perguntados se o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio para uso, os cinco estudantes marcaram a opção “não”, que o grêmio estudantil não tem um espaço exclusivo para seu para uso. Sobre o estatuto onde está escrito o regulamento e o conjunto de regras quanto à organização e o funcionamento grêmio estudantil, os alunos marcaram a o opção “sim”, que o grêmio estudantil dispõe de estatuto. Já a respeito do livro Ata, os estudantes dizem não possuir e não registrar ou arquivar as atividades realizadas pelo grêmio estudantil. Sobre a relação da direção do grêmio estudantil com a direção da escola, os cinco dirigentes escreveram que possuem pouca abertura com a direção da escola e que as solicitações, quando encaminhadas à direção da escola, tendem a ser escutadas e não atendidas .

No que tange ao tempo desses alunos na direção do grêmio estudantil, todos os cinco dirigentes dizem estar há menos de um ano. No que se refere ao porque de querer participar da direção do grêmio estudantil, as respostas se alinham em: “querer ajudar a escola” e “pela experiência de participar do grêmio estudantil”. Na questão sobre as dificuldades encontradas à frente do grêmio estudantil, as respostas foram as seguintes: dificuldade na relação com a direção da escola e em mobilizar a participação dos estudantes. Sobre a filiação partidária, dos cinco dirigentes, apenas um marcou a opção “sim”, que possui filiação partidária, já a respeito do título de eleitor, dois dirigentes dizem ter, no entanto nenhum deles votou para a escolha do presidente, governador ou prefeito.

Sobre a frequência em que são realizadas as reuniões do grêmio estudantil por semestre, os dirigentes escreveram que são feitas entre duas e três reuniões por semestre. Quanto ao número de assembleias, eles escreveram que são organizadas uma por semestre. Perguntados sobre como são tomadas as decisões no grêmio estudantil, os cinco dirigentes responderam que são tomadas por todos os dirigentes. Na questão da participação dos outros estudantes não dirigentes, dos cinco alunos, quatro escreveram que eles não têm interesse em participar e um que alguns poucos discentes querem participar. Sobre as atividades realizadas pelo grêmio estudantil, os alunos escreveram as seguintes: a organização do ato interno fala Juventude, a organização do ato contra o sucateamento da escola e a

participação do movimento contra o aumento das passagens em conjunto com o DCE da UFSM.

Os estudantes dirigentes escreveram como um êxito do grêmio estudantil a organização do Ato Fala Juventude e como um fracasso não conseguir mobilizar os estudantes. Perguntados sobre a participação dos outros alunos nas atividades propostas pelo grêmio estudantil, dos cinco dirigentes quatro percebem como baixa e um percebe como média. Se a participação dos outros alunos ajuda ou atrapalha a tomada de decisão no grêmio estudantil, todos os dirigentes responderam que ajuda. Sobre a relação do grêmio estudantil com as outras entidades de representação (USE, UMES e UBES), os cinco dirigentes escreveram que não possuem nenhuma relação. Já sobre se estão conseguindo mobilizar a participação dos outros alunos, todos os entrevistados marcaram a opção “Não”.

Situado na Zona Oeste de Santa Maria, o grêmio estudantil E pertence a um Colégio integrado à Rede Estadual de Ensino da 8ª CRE. Segundo os dados publicados em 2018 por essa Coordenadoria Regional de Educação, foram nesta escola matriculados 906 alunos no ano de 2017, 622 no Ensino Fundamental, 95 no Ensino Médio e 199 na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A direção desse grêmio estudantil é composta por seis estudantes, foi possível aplicar o questionário em quatro alunos, dois do sexo feminino e dois do masculino, todos pertencentes a faixa etária entre 15 e 18 anos, dois estudantes do Ensino Fundamental e dois do Ensino Médio.

Quando questionados se trabalham, apenas um dos dirigentes marcou a opção “Sim”, que trabalha. Sobre a escolaridade dos pais três estudantes escreveram que seus pais possuem o Ensino Médio completo e um dos alunos escreveu que o pai possui o Ensino Fundamental completo e a mãe não completou o Ensino Fundamental. Quanto à filiação partidária dos pais, apenas um dirigente assinalou a alternativa “Sim”, que tanto o seu pai quanto a mãe possuem filiação em um partido político. Sobre se há eleições para a direção escolar, todos os entrevistados marcaram a alternativa “Sim” e, também, os quatro dirigentes assinalaram a alternativa “ Sim”, que já votaram na escolha da direção.

Na questão que indagava se o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio, os quatro dirigentes marcaram a alternativa “Sim”, que o grêmio estudantil

tem uma sala de seu uso exclusivo. Sobre o estatuto do grêmio estudantil, os alunos dirigentes assinalaram a opção “Sim” que o grêmio estudantil possui o seu estatuto onde está escrito o regulamento ou conjunto de regras da organização bem como do seu funcionamento da entidade, do mesmo modo foi a resposta sobre documento Ata, em que marcaram a opção “Sim”, que possuem o documento Ata no qual são arquivados os registros das atividades do grêmio estudantil.

Quanto à relação do grupo dirigente do grêmio estudantil com a direção da escola, os quatro entrevistados escreveram que é boa a relação, mas nem sempre são compreendidos pela direção da escola. Sobre as solicitações e demandas do grêmio estudantil quando encaminhada à direção da escola, os quatro dirigentes escrevem que, em regra, tendem a ser atendidas pela direção escola. Na questão com relação ao tempo desses estudantes na direção do grêmio estudantil, dos quatro dirigentes três estão há três anos na direção do grêmio estudantil e um aluno há quatro anos. Sobre o motivo que os levou a desejarem participar do grêmio estudantil, as respostas foram: “o desejo de mudar a realidade da escola” e “Do querer participar das atividades da escola”. Dos quatro alunos, três assinalaram a questão que indica que já participaram de outra diretoria do grêmio e um marcou a opção de que é a primeira vez que participa da direção do grêmio estudantil.

Na pergunta sobre quais são as dificuldades encontradas pela direção do grêmio estudantil, os dirigentes relataram as seguintes: “dificuldade de manter contato com outros movimentos sociais”, “a pouca de participação dos alunos”, um aluno nessa pergunta destacou a sua dificuldade de “falar em palestra e ao dar avisos”. Quanto à filiação partidária dos quatro estudantes dirigentes, dois possui filiação partidária. Em relação ao título eleitoral, apenas um dos dirigentes tem título. Sobre a questão da frequência de reuniões organizadas por semestre, os alunos escreveram que é realizada uma por semestre, quanto ao número de assembleias organizadas por semestre, a resposta dos dirigentes foi de que é realizada uma assembleia a cada mês.

Quando questionados sobre como são tomadas as decisões no grêmio estudantil três dos dirigentes assinalaram a alternativa que indica que são tomadas por todos os dirigentes e um marcou a opção por todos os dirigentes e os membros não dirigentes. Dos quatro alunos dirigentes do grêmio estudantil, um respondeu que

os outros estudantes demonstram interesse em participar e dois que somente as vezes eles demonstram interesse em participar. No que tange às atividades realizadas pelo grêmio estudantil, os alunos escreveram as seguintes: a organização do ato na rua com a comunidade pela educação, a organização da ocupação da escola, a organização do debate feminista.

Sobre um êxito do grêmio estudantil, os dirigentes destacam a ocupação da escola, já como um fracasso o não conseguir mobilizar o suficiente para que os outros estudantes participassem das reuniões da entidade. Segundo o relato de um dos dirigentes do grêmio estudantil F, uma causa para a falta de interesse dos outros estudantes não dirigentes em participar das reuniões e assembleias é o fato dos debates políticos promovidos pela direção do grêmio estudantil ter causado estranhamento nos demais alunos. Em geral, os quatro dirigentes percebem a participação dos outros alunos como baixa e média. Quando perguntados se a participação dos alunos não dirigentes ajuda ou atrapalha nas tomadas de decisões, dois dirigentes responderam que ajuda, um não respondeu e um afirmou que atrapalha a tomada de decisão. Já sobre a relação do grêmio estudantil com a USE, UMES e UBES, os estudantes disseram ter uma boa relação apenas com a UBES. Quanto à capacidade de mobilizar os outros estudantes, os quatro dirigentes relataram não estar conseguindo fazer com que os outros alunos participem.

O grêmio estudantil F pertence a um Colégio que integra a rede de Ensino Particular de Santa Maria – RS e conta com duas unidades de ensino, uma na Zona Leste e a outra no Centro desse município. De acordo com os dados publicados em 2018 pela 8ª CRE, foram matriculados, em 2017, nestas duas unidades 909 alunos, sendo 119 na Pré-Escola (na unidade da Zona Leste), 561 no Ensino Fundamental (Unidade da Zona Leste), 229 no Ensino Médio, 53 alunos (unidade da Zona Leste) e 176 (na unidade central).

O grupo de dirigentes do grêmio estudantil F é composto por seis estudantes, foi possível entrevistar cinco alunos, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino, todos estudantes do ensino médio, pertencentes a faixa etária dos 15 aos 18 anos. Quando questionados sobre trabalho, todos os estudantes marcaram a opção “Não”, que não trabalham. Sobre a filiação partidária dos pais, nenhum deles tem filiação partidária. Quanto à escolaridade e à profissão

dos pais, só dois pais e uma mãe não possuem ensino superior, são empresários, os demais pais são médicos, psicólogos e administrador.

Questionados se o colégio realiza ou não eleição para escolha da direção, todos os alunos assinalaram a opção “Não”, que a escola não realiza eleição para direção do colégio. A respeito do grêmio estudantil ter ou não um espaço próprio, os cinco alunos também optaram pela alternativa “Não”, que a entidade não conta com um espaço próprio na escola para uso exclusivo do grêmio estudantil. Quando ao Estatuto onde está escrito o regulamento ou conjunto de regras da organização e sobre o funcionamento da entidade, e sobre o documento Ata, no qual são registradas as atividades, os estudantes dirigentes marcaram a opção “Sim” nas duas questões, que possuem tanto o Estatuto quanto a Ata.

Sobre a relação do grupo de dirigentes com a direção da escola a resposta escrita pelos cinco entrevistados foi que é muito boa a relação dos dirigentes do grêmio estudantil com a direção do colégio. Em outra questão, sobre o encaminhamento das demandas e solicitações à direção da escola, os cinco alunos escreveram que, em regra, as solicitações quando encaminhadas à direção do colégio tendem a ser atendidas pela direção. Já as respostas da questão sobre o tempo que cada aluno está na direção do grêmio estudantil, os cinco alunos escreveram que estão há um ano na direção e na questão sobre por que os estudantes decidiram participar da direção do grêmio estudantil, as respostas foram diversas: “participar das decisões dos grêmios estudantil”, “colaborar com o colégio”, “ajudar na organização das atividades do grêmio estudantil”.

No que tange às dificuldades encontradas pelos dirigentes na gestão do grêmio estudantil as respostas foram as seguintes: dificuldade em ter recursos financeiros para a realização dos jogos interséries e dificuldade em organizar um evento completo, sem auxílio. Quando perguntados sobre se os dirigentes possuem filiação partidária, os cinco alunos dirigentes marcaram a opção “Não”, também assinalaram a alternativa “Não” na questão que perguntava se tinham o título de eleitor. Sobre a frequência com que são organizadas as reuniões do grêmio estudantil por semestre, os cinco dirigentes escreveram que são feitas uma por mês, já quanto ao número de assembleias realizadas, a resposta foi uma por semestre.

Quando questionados sobre como são tomadas as decisões no grêmio estudantil, quatro estudantes da direção do grêmio responderam que são tomadas por todos os dirigentes e um estudante respondeu que são tomadas por todos os dirigentes e os membros não dirigentes. Já na questão sobre como se dá a relação do grêmio estudantil com os estudantes e se eles demonstram interesse em participar das atividades propostas por esta agremiação, as respostas foram as seguintes: a relação é boa, e quando solicitados tendem a participar e que os outros estudantes, às vezes, dão sugestões, mas não demonstram interesse em participar do grêmio estudantil. Sobre as atividades realizadas pelo grêmio estudantil, as repostas foram: organização dos jogos interséries, a organização da campanha de doação de sangue e a organização da doação de alimentos e materiais de higiene a entidades carentes. Na pergunta que pede para escrever um êxito do grêmio estudantil, as respostas foram as seguintes: o sucesso da organização dos jogos interséris e o objetivo alcançado nas campanhas de doação de sangue e alimentos. Quanto ao fracasso, as repostas foram duas: a pouca participação dos outros alunos que estudam no colégio da unidade do bairro Camobi e a dificuldade de unir a unidade do colégio do centro com a unidade do colégio do bairro Camobi.

Na questão sobre como os dirigentes consideram a participação dos outros estudantes, as respostas foram entre “Média” e “Alta”. Sobre se a participação ajuda ou atrapalha a tomada de decisão dos dirigentes, um membro da diretoria respondeu escrevendo que quando há divergência atrapalha e os demais escreveram que ajuda. Quando perguntado como era a relação do grêmio estudantil com a USE, UMES e UBES, os cinco responderam não ter nenhuma relação com USE, UMES, UBES. Na questão que busca saber se estão conseguindo mobilizar os outros estudantes, três dos dirigentes marcaram a opção “Sim” que estão conseguindo mobilizar e dois assinalaram a alternativa “Não” que não estão conseguindo mobilizar os estudantes.

O colégio onde o grêmio estudantil G desenvolve as suas atividades está localizado na zona central de Santa Maria – RS e faz parte da rede de Ensino Particular desse município. Segundo dados publicados pela 8ª CRE, foram matriculados, em 2017, neste colégio 1.041 estudantes, sendo 48 na creche, 132 na Pré-Escola, 756 no Ensino Fundamental e 105 no Ensino Médio.

A direção do grêmio estudantil G é composta por 8 estudantes e os 8 dirigentes responderam o questionário, quatro do sexo feminino e quatro masculino. Desses, sete estudantes cursam o Ensino Médio e um cursa o Ensino Fundamental, todos pertencem a faixa etária dos 15 aos 17 anos. Quando perguntados se trabalham, todos os oito dirigentes marcaram a alternativa “Não”, que não tinham vínculos trabalhistas. Sobre a filiação partidária dos pais, apenas um pai de aluno tem filiação partidária. Na questão sobre a escolaridade dos pais apenas duas mães e um pai não têm o Ensino Médio completo, todos os demais pais possuem o Ensino Superior Completo. No que tange à profissão desses pais, elas são bem diversas: empresários (as) engenheiros civis, cirurgião (ã) dentista, advogado (a), professor (a) universitário (a), tabelião de cartório, agropecuarista, aeromoça e educadora física.

Quando questionados se o colégio onde estudam realiza eleição para a escolha da direção, todos os estudantes marcaram a opção “Não”. Perguntados se o grêmio estudantil dispõe de um espaço próprio, todos os alunos marcaram a alternativa “Sim”, que o grêmio estudantil tem uma sala na escola para seu uso exclusivo. Na questão referente ao estatuto do grêmio estudantil, os estudantes marcaram a opção “Não”, do mesmo modo assinalaram “Não” na questão que perguntava se o grêmio estudantil dispunha do livro da Ata, a resposta foi que o grêmio estudantil G não dispõe de estatuto e livro Ata. Segundo os dirigentes desse grêmio estudantil, as atividades realizadas pela entidade são registradas e arquivadas em textos e em fotografias na página do grêmio estudantil G na rede social facebook e na multiplataforma do WhatsApp.

Perguntados sobre como é a relação do grupo dirigente com a direção da escola, os oito estudantes escreveram que é boa. Sobre as demandas e as solicitações dos grêmios estudantis quando encaminhadas à direção da escola, os oito alunos responderam que, em regra, tendem ser ouvidas e atendidas parcialmente. Quando questionados sobre o tempo em que estão participando da direção do grêmio estudantil, os oito alunos escreveram que estão há um ano na direção do grêmio estudantil. Na questão sobre por que decidiram participar do grêmio estudantil, as respostas dos estudantes foram: “participar e colaborar com as atividades do colégio” e “exercer um papel de liderança.”

Quanto às dificuldades encontradas na gestão desta diretoria, os alunos relataram as seguintes: dificuldades em compromissos extraclasse com as atividades do grêmio estudantil, dificuldades em realizar alguns eventos e a falta de valorização dos outros alunos. Foi perguntado aos estudantes se possuíam filiação partidária e os oito dirigentes marcaram a opção “Não”. Já sobre o título de eleitor apenas um estudante assinalou a alternativa “Sim” que tem título eleitoral. Sobre a frequência com que são feitas as reuniões por semestre, os estudantes dirigentes responderam que são realizadas entre seis e sete reuniões por semestre. Quanto ao número de assembleias feitas pelo grêmio estudantil, os dirigentes escreveram que não fazem assembleias.

No que tange às tomadas decisões, foi perguntado aos alunos como são tomadas as decisões no grêmio estudantil. Nessa questão, todos os oito estudantes responderam que as decisões no grêmio estudantil são tomadas por todos os dirigentes. Quanto ao interesse dos outros alunos em participarem das reuniões e assembleias, os oito dirigentes responderam que nem todos estudantes demonstram interesse em participar. Já sobre as atividades realizadas pelo grêmio estudantil os dirigentes escreveram estas: a organização dos jogos interséris, a idealização e execução do evento interno “compartilhe”, a organização de gincanas, a organização de um brechó beneficente; a coordenação do evento torcendo na copa do mundo de 2018; a realização do show de talentos, a coordenação do evento de comemoração do dia dos estudantes e a organização do evento cartola do colégio futebol clube.

Quando solicitados a mencionar um êxito do grêmio estudantil, todos os oito dirigentes citaram o evento organizado no dia do estudante. Na sequência do questionário, foi pedido para que citassem um fracasso de sua agremiação, os dirigentes mencionaram a organização do evento Cartola do Colégio Futebol Clube, que não teve a participação dos discentes. A questão seguinte enfocava a participação dos alunos da escola no grêmio estudantil, os oito dirigentes consideraram-na média. Em seguida, questionados se a participação de muitos alunos ajuda ou atrapalha a tomada das decisões no grêmio estudantil, os oito estudantes responderam que ajuda. Quanto à relação do grêmio estudantil com a USE, UMES e UBES, todos os dirigentes escreveram que não têm nenhum contato com essas entidades. Sobre se a equipe diretiva estava conseguindo mobilizar a

participação dos estudantes, todos os estudantes responderam marcando a opção “Sim”, que estão conseguindo mobilizar os estudantes para participarem de assuntos do grêmio estudantil. Essa resposta não se verifica principalmente por este grêmio estudantil G não possuir o documento do livro Ata.

4.2 DISCUSSÃO E ANÁLISES DOS DADOS GERAIS

Com base no arcabouço teórico deste estudo, procurou-se analisar os dados obtidos por meio do questionário e das atas dos grêmios estudantis. Os dados analisados revelam que é possível verificar traços gerais do perfil dominante dos alunos que compõem as direções dos grêmios estudantis. Em geral, estas direções são compostas, na sua maioria, por estudantes do sexo feminino. São alunos que estão na faixa etária dos 16 a 17 anos e cursam o 2º e 3º anos do ensino médio diurno (manhã), como demonstram as quatro tabelas do 1 a 4.

Tabela1: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis por gênero.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	10	24,4	24,4	24,4
	Feminino	31	75,6	75,6	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela 2: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis por ano de nascimento

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1994	1	2,4	2,4	2,4
	1996	1	2,4	2,4	4,9
	1998	1	2,4	2,4	7,3
	1999	2	4,9	4,9	12,2
	2000	6	14,6	14,6	26,8
	2001	16	39,0	39,0	65,9
	2002	8	19,5	19,5	85,4
	2003	6	14,6	14,6	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela3: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis por série escolar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	8º ano	2	4,9	4,9	4,9
	9º ano	7	17,1	17,1	22,0
	1º ano	6	14,6	14,6	36,6
	2º ano	12	29,3	29,3	65,9
	3º ano	14	34,1	34,1	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela 4: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis por turno escolar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Manhã	28	68,3	68,3	68,3
	Tarde	8	19,5	19,5	87,8
	Noite	5	12,2	12,2	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Ainda sobre o perfil dos estudantes dirigentes, as amostras revelam que a maioria dos alunos que compõe as direções dos grêmios estudantis estão participando pela primeira vez. Os dados mostram que os estudantes dirigentes tendem a participar através do voto nas eleições para diretores (as) das escolas públicas, visto que as duas escolas particulares não realizam eleições. Os dados revelaram que a maiorias dos estudantes dirigentes que possuem idade para obterem o título de eleitor possuem esse documento eleitoral, no entanto só a metade desses que possuem esse documento votaram em eleições. Outro dado revelado pelo questionário é que a maioria dos dirigentes dos grêmios estudantis não possuem filiação partidária, dos 41 alunos entrevistados, somente 5 alunos estão filados a partidos políticos. Sobre o interesse em participar da direção do grêmio estudantil, são muitas as razões. No entanto, percebe-se que, de um modo geral, o interesse em participar da direção do grêmio estudantil se dá pelo desejo e a oportunidade de colaborar com a escola. Para esses dirigentes o seu maior desafio ou dificuldade foi mobilizar os outros colegas que não fazem parte da direção do grêmio estudantil.

Quanto à estrutura socioeconômica das famílias dos estudantes dirigentes dos grêmios estudantis de Santa Maria, os dados mostraram que são bem distinta. Nas questões que se referem à escolaridade dos pais, verifica-se que, em geral, os pais e as mães dos dirigentes possuem o ensino médio completo, os que possuem o ensino superior completo são, na sua grande maioria, pais e mães dos dirigentes dos grêmios das escolas particulares, fato relatado anteriormente na sessão da descrição dos dados de pesquisa.

A respeito das profissões desses pais, essas tendem a ter relação ao grau de escolaridade dos mesmos, ou seja, conforme o grau de escolaridade é a atividade profissional dos pais. Os dirigentes dos grêmios estudantis das escolas particulares são os que têm os pais com as profissões mais prestigiadas em termos financeiros, por exemplo, médicos, advogados, engenheiros, etc.. Já as atividades profissionais dos pais que possuem uma baixa escolaridade, como por exemplo, o ensino fundamental incompleto, são: auxiliar de serviços gerais, autônomos, diaristas, domésticas e um percentual de mães dedicadas às atividades do Lar. Houve um número de dirigentes, principalmente aqueles que estudam na escola pública Estadual, que escreveram que não têm pai. Sobre a filiação partidária dos pais dos dirigentes, em geral, são poucos os que possuem vínculos com partidos políticos, apenas três pais e quatro mães, como demonstram as tabelas de 5 a 8.

Essas questões têm por horizonte teórico o modelo de análise proposto por Eisenstadt (1976), no qual esboça que existe uma progressão, um continuum do conhecimento que é transmitido de uma geração para a outra geração. O autor entende que essa transmissão é capaz de promover um movimento juvenil, desse modo os grupos etários dos jovens adquirem características e padrões de comportamento numa inter-relação com as outras gerações. Foracchi (1965) compreende os estudantes como uma categoria social que está posicionada em dois pontos concretos: o primeiro na sua condição particular de estudante, através da dependência material ou moral e do seu papel social e segundo como o elo, ou ponto de confluência e de contradição de uma sociedade de classes. Bourdieu (2003) defende que o termo juventude é só uma palavra, fruto de uma divisão arbitrária que é sustentada por uma fronteira que está centrada na classe social, portanto o termo juventude é manipulado por um jogo de poder e disputas. Segundo

Bourdieu (2003), há duas juventudes essas, com acentuadas diferenças que colocam de um lado jovens proletários que precisam trabalhar e sequer terão adolescência, onde as imposições só podem ser atenuadas com o trabalho e do outro uma juventude com a mesma idade biológica, no entanto com facilidades econômicas.

Tabela 5: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis com relação à escolaridade do pai

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
			m	válida	acumulativa
Válido	Ensino Fundamental Incompleto	2	4,9	5,4	5,4
	Ensino Fundamental Completo	3	7,3	8,1	13,5
	Ensino Médio Completo	17	41,5	45,9	59,5
	Ensino Superior Incompleto	1	2,4	2,7	62,2
	Ensino Superior Completo	10	24,4	27,0	89,2
	Superior com Pós	3	7,3	8,1	97,3
	Não sei	1	2,4	2,7	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
	Total	41	100,0		

Fonte: próprio autor

Tabela 6: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis com relação à escolaridade da mãe

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem	Porcentagem
				válida	acumulativa
Válido	Ensino Fundamenta Incompleto	3	7,3	7,3	7,3
	Ensino Fundamental Completo	3	7,3	7,3	14,6
	Ensino Médio Incompleto	3	7,3	7,3	22,0
	Ensino Médio Completo	17	41,5	41,5	63,4
	Ensino Superior Completo	12	29,3	29,3	92,7
	Superior com Pós	2	4,9	4,9	97,6
	Não sei	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela 7: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis com relação à filiação partidária do pai

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	3	7,3	7,9	7,9
	Não	35	85,4	92,1	100,0
	Total	38	92,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	7,3		
Total		41	100,0		

Fonte: próprio autor

Tabela 8: Distribuição dos dirigentes dos grêmios estudantis com relação à filiação partidária da mãe

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	4	9,8	9,8	9,8
	Não	37	90,2	90,2	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Verificou-se, a partir das respostas à questão que se relacionava à inserção dos estudantes dirigentes no mundo do trabalho, que, em geral, os dirigentes dos grêmios estudantis estudam e não possuem compromissos laborais. A parcela de 22% dos dirigentes que possuem compromissos trabalhistas é composta por estudantes de escolas públicas, cujos pais possuem empregos de baixa remuneração, escolaridade baixa e incompleta (ver tabela 9).

Tabela 9: Porcentagem de alunos que trabalham.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	9	22,0	22,0	22,0
	Não	32	78,0	78,0	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Sobre a relação das direções dos grêmios estudantis com as direções das escolas, os dados indicam que de um modo geral é boa. Desse modo, para a

maioria dos dirigentes dos grêmios estudantis as direções escolares são aliadas importantes. A maioria das escolas disponibiliza (nomeia) um professor conselheiro que é quem faz a interlocução com os grêmios estudantis nas escolas. Apenas os dirigentes do grêmio estudantil “D” escreveram que possuem uma relação complicada com a direção, falta de incentivo e abertura como demonstra os seguintes relatos: “É complicado, não temos abertura”, “Dialogável, entretanto por vezes não compreendida por parte da direção da escola”.

De um modo geral os grêmios estudantis possuem uma estrutura boa, o que segundo Jenkins (1981) pode estar ligado às condições ideais para a mobilização, pois a estrutura, como por exemplo, a mão de obra, sala de reunião, entre outros são meios necessários para a subsistência e a legitimidade social do grupo. Em geral, para esse autor, quanto mais recursos (estrutura) possuir um grupo, mais provável é que ele mobilize novos membros. Nesse sentido, os dados demonstram que apenas dois dos sete grêmios estudantis não têm um lugar próprio, reservado para o seu uso exclusivo na escola, assim como os documentos do estatuto e a ata como demonstram as tabelas de 10 a 12.

Tabela 10: Porcentagem de grêmios estudantis que possuem espaços próprios.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	29	70,7	70,7	70,7
	Não	12	29,3	29,3	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela 11: Porcentagem de grêmios estudantis que possuem o documento de estatuto.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	33	80,5	80,5	80,5
	Não	8	19,5	19,5	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Tabela 12: Porcentagem de grêmios estudantis que possuem documento de ata.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	28	68,3	68,3	68,3
	Não	13	31,7	31,7	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

As respostas de um dos grupos dirigentes do grêmio estudantil indicou que esse não possui o livro ata. E quando questionados de que maneira são registradas e arquivadas as atividades do grêmio estudantil, os estudantes escreveram que os registros das atividades são feitos através de publicações na página do grêmio estudantil no facebook.

Quanto aos tipos de atividades realizadas pelos grêmios estudantis, essas, em média, caracterizam-se por serem do tipo cultural, recreativo e assistencial, como, por exemplo, a organização de gincanas, organização de feira de ciências, jogos interséries, campanhas de arrecadação de agasalhos, campanha de doação de sangue; festas de natal, entre outros.

Analisados alguns livros atas dos grêmios estudantis verificou-se que, na maioria dos grêmios estudantis, são registradas somente as reuniões e as assembleias que foram realizadas pela entidade. Outro dado revelado a partir das análises das atas dos grêmios estudantis é o número baixo de assinaturas de presença dos alunos nas reuniões e nas assembleias. De um modo geral só estão registradas no livro ata as assinaturas dos estudantes dirigentes, portanto é possível se delinear que as reuniões e as assembleias dos grêmios estudantis, de um modo geral, são realizadas com a presença de um número baixo de estudantes, com exceção das eleições para escolha da direção do grêmio estudantil.

Na questão relativa às dificuldades encontradas pelos estudantes dirigentes durante a gestão do grêmio estudantil, as repostas foram bastante diversas, desde “nenhuma dificuldade” até “dificuldade em dar um aviso em sala de aula”. Considerando todas as respostas dadas pelos discentes, a que apareceu com maior frequência, foi a ligada ao fato de “não conseguir fazer com que os outros colegas de escola, os não membros da direção participem das atividades do grêmio estudantil”.

As amostras levantadas no questionário, quando confrontadas com os registros do livro ata, revelaram que, em geral, as reuniões nos grêmios estudantis são realizadas duas vezes por semestre, enquanto as assembleias são realizadas uma vez por ano. Quanto às tomadas de decisões nos grêmios estudantis, ao confrontarmos as respostas dos estudantes no questionário com o que está registrado no livro ata, verificou-se que, em média, as decisões nos grêmios estudantis são tomadas apenas pelos grupos dirigentes. Já sobre a participação dos estudantes não membros da direção na tomada de decisão no grêmio estudantil, a resposta mais frequente foi que a participação de muitos alunos ajuda na tomada de decisão, entretanto um grupo pequeno de dirigentes respondeu que essa participação atrapalha a tomada de decisão da direção.

Na questão que buscou saber como os dirigentes percebem a participação dos outros estudantes não membros da direção, as respostas que apareceram com maior frequência foram de “média” a “baixa” como mostra a tabela 13.

Tabela 13: Avaliação dos dirigentes de grêmios estudantis com relação à participação dos demais alunos.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Baixa	14	34,1	34,1	34,1
	Média	25	61,0	61,0	95,1
	Alta	2	4,9	4,9	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Fonte: próprio autor

Quando a pergunta foi sobre como é a relação do grêmios estudantis com as outras entidades de representação, como a USE, UMES e UBES, de maneira geral, as respostas dos dirigentes dos grêmios estudantis de Santa Maria foram de não terem nenhum contato com essas entidades. Já sobre a capacidade da direção dos grêmios estudantis em mobilizar a participação dos outros estudantes não dirigentes, a resposta que apareceu com maior frequência foi a de não estarem conseguindo mobilizar.

Nas bases teóricas deste estudo está uma breve discussão sobre a participação política e estudos das ações no interior das organizações. As evidências empíricas coletadas por parte de alguns autores que compõem o arcabouço teórico

deste estudo, como, por exemplo, Albuquerque (1977) sustenta que a participação política tende a ter relação com o tipo de atividade realizada pela organização, ou seja, determinados tipos de atividades promovidas pela organização tendem a gerar maior ou menor participação. Parte da fundamentação teórica deste estudo reside em três modelos, em três tipos ideais que foram adaptados da pesquisa de Albuquerque (1977): a “organização Secundarista do tipo I”, a “organização secundarista do tipo II” e a “organização secundarista do tipo III”.

A primeira é a “organização Secundarista do tipo I”, que são os grêmios estudantis cuja organização realiza atividades de cunho ideológico programático, ou seja, cujas reivindicações se relacionam com pautas gerais da sociedade, podendo ir até mesmo para além do espaço da escola, como, por exemplo, atos, manifestos, protestos, aproximação política com outros grêmios estudantis e entidades representativa estudantil como USE, UMES, UGES, UBES, ou se conectarem com partidos políticos, com sindicatos, com movimentos sociais, com líderes comunitários, entre outros.

A segunda é a “organização secundarista do tipo II” que são aquelas cujo grêmio estudantil realiza atividades do tipo organizacional, ou seja, cujas pautas estejam relacionadas à estrutura e ao funcionamento da escola, como, por exemplo: encaminhar pedidos exigindo uma cantina na escola ou a mudança de horário do funcionamento da mesma; solicitar mudanças no horário de funcionamento da biblioteca e do acesso à quadra de esportes; pedidos formais de mudança de professor ou a destituição da direção; solicitar o uso ou o não uso de uniformes, bem como mudanças nos mesmos; requerer formalmente que se cumpram direitos de acessibilidades (rampas e elevadores para cadeirantes, banheiros adaptados etc.); solicitar internet; requerer armários; encaminhar pedidos de segurança dentro da escola, entre outros.

A terceira categoria desenvolvida neste estudo é a “organização secundarista do tipo III” que são aquelas organizações cujas atividades realizadas pelo grêmio estudantil são culturais, recreativas e assistenciais, dentro ou fora da escola, como, por exemplo: a organização de gincanas culturais; organizar feira de ciências; organização de excursões; organização bailes na escola; jogos interseriéis; campanhas de arrecadação de agasalhos, campanha de doação de sangue; visitas

ou apadrinhamento de moradores em asilos; visitas ou apadrinhamento abrigos ou lares de crianças que esperam por adoção, entre outros.

Com base nessas categorias, procurou-se, neste estudo, compreender as amostras extraídas no campo de pesquisa no que tange à capacidade de mobilização dos grêmios estudantis e à participação dos estudantes. A partir de uma análise geral dos dados é possível se delinear que os grêmios estudantis de Santa Maria, na gestão de 2017 e 2018, caracterizam-se por serem “organizações secundaristas do tipo III”, que são aquelas organizações cujos tipos de atividades realizadas pelas direções são do tipo cultural, recreativa e assistencial. Fato que pode ser um dos motivos por que, de modo geral, esses grêmios estudantis não consigam mobilizar a participação dos estudantes não membros da direção, pois os dados revelaram que a participação dos alunos nos grêmios estudantis se caracteriza por ser baixa. Nesse sentido, a hipótese testada de que os grêmios estudantis de Santa Maria, na sua maioria, tendem a se caracterizar como organizações secundaristas do tipo III, por realizarem atividades culturais, recreativas e assistenciais, sendo esta uma das razões pela qual os grêmios possuem pouca capacidade de mobilização e baixa participação dos estudantes não membros da direção é confirmada neste estudo.

CONCLUSÃO

A análise dos dados apresentados neste estudo teve como um dos objetivos, de acordo com a formulação do problema de pesquisa, identificar quais os grêmios estudantis estavam ativos em Santa Maria nos anos de 2017 e 2018. Outro objetivo foi verificar quais atividades essas organizações estavam realizando e, a partir da verificação dessas ações, identificar em qual modelo de organização essas direções se enquadrariam, bem como verificar se estas organizações estavam conseguindo ou não mobilizar os estudantes não dirigentes a participarem das reuniões e assembleias onde são discutidas as pautas e são tomadas as decisões dos grêmios estudantis. Ao longo deste trabalho, traçou-se um perfil dos dirigentes e do modo como atuam os grêmios estudantis. Outro aspecto apresentado neste estudo foi mostrar a maneira como ocorrem as relações das direções dos grêmios estudantis com as direções das escolas e com as outras entidades de representação estudantil (UMES, USE, UGES e UBES).

Sobre o perfil dos estudantes dirigentes os dados coletados revelaram que, de modo geral, as direções de grêmios estudantis de Santa Maria são compostas por discentes, em sua maioria, do sexo feminino, pertencentes à faixa etária dos 16 a 17 anos, cursando o 2º e 3º anos do ensino médio diurno, sem ocupação laboral e sem filiação partidária. Sobre o perfil dos pais desses dirigentes, percebeu-se uma diferença na escolaridade e nas atividades profissionais desempenhadas por eles. Os pais dos dirigentes dos grêmios estudantis das escolas particulares são aqueles que possuem maior escolaridade e os que possuem as atividades profissionais mais rentáveis.

Sobre a estrutura dos sete grêmios estudantis pesquisados, cinco grupos de dirigentes indicaram que possuem um local próprio onde são discutidos os assuntos de interesse da entidade. Seis desses grêmios estudantis contam com um professor conselheiro que é disponibilizado pela direção da escola para dar auxílio consultivo aos dirigentes. Em relação ao estatuto e ao livro ata, dois dos sete grêmios escreveram que não possuem o livro ata, um da escola pública e um da escola particular.

Outro aspecto revelado neste estudo diz respeito à atuação dos grêmios estudantis que, comumente, não se relacionam entre si e tampouco com as outras

entidades de representação estudantil, como a USE, a UMES, a UGES e a UBES. Três possibilidades podem explicar a razão desse insulamento dos grêmios estudantis de Santa Maria: a primeira seria pelo distanciamento das entidades secundaristas de representação nas suas três esferas, municipal (USE e UMES), estadual (UGES) e federal (UBES), que não possuem um projeto com foco na aproximação dos grêmios estudantis da cidade de Santa Maria; a segunda pode estar na resistência por parte das direções das escolas públicas e particulares que não autorizam outras entidades a adentrarem no espaço da escola; a terceira possibilidade seria pela carga de estudos dos alunos e pelas greves e paralizações que fazem com que os discentes foquem mais na aprendizagem em sala de aula do que nas atividades dos grêmios estudantis.

Com base em alguns dados coletados durante a pesquisa, constatou-se que, historicamente, a ininterrupção é um desafio a ser enfrentado pelos grêmios estudantis nas escolas de Santa Maria. Durante este estudo, ao se fazer um mapa dos grêmios estudantis ativos em Santa Maria, além dos sete pesquisados, foram encontradas seis escolas públicas que estavam com os seus grêmios estudantis fechados e nos dois anos de dedicação deste estudo, 2017 e 2018, um dos grêmios estudantis pesquisados tornou-se inativo. Um dos motivos principais que levou este grêmio estudantil a encerrar as suas atividades foi a transferência do presidente e de dois membros da direção da entidade para outra escola no segundo semestre de 2018.

O mesmo motivo, a mudança de escola do presidente, fez com que o grêmio estudantil C encontrasse dificuldades na transição do cargo de presidente. O caráter transitório dos estudantes pela escola faz com que os grêmios estudantis enfrentem o desafio da renovação das direções. Essa contínua passagem dos estudantes pela escola coloca provocações aos grêmios estudantis em termos da continuidade. Pensando o enfrentamento do problema da continuidade, o grêmio estudantil G não permite que estudantes do 3º ano do ensino médio participem como membros da direção.

Revelou-se neste estudo que as atividades que os grêmios estudantis A, B, C, D, F, G realizam são culturais, recreativas e assistenciais. Logo, esses seis grêmios estudantis se caracterizam como organizações secundaristas do tipo III.

Este estudo também revelou que, mesmo contando com a presença de muitos discentes nos eventos realizados pelos grêmios estudantis, como nos jogos interséries, nas festas de natal entre outros, essas organizações não conseguem atrair os outros alunos não membros para participarem dos assuntos relacionados à entidade, como, por exemplo, a presença em reuniões e assembleias. Essa ausência dos estudantes não membros nas assembleias e reuniões pode ser uma das razões que faz com que as tomadas de decisões nos grêmios estudantis sejam realizadas, apenas, pelos membros que compõem as direções.

O grêmio estudantil E foi à única entidade estudantil que apresentou características de Organização Secundarista do tipo I, por realizar atividades de cunho ideológico programático, como, por exemplo: atos, manifestos, protestos, ocupações da escola, debates feministas, etc.. Um dos argumentos teóricos de Albuquerque (1977) é que em organizações de tipo partidário a participação é mais intensa e mais fraca em organizações de tipo culturais ou de serviços. Entretanto, o grêmio estudantil E, mesmo se caracterizando por ser uma entidade que realiza atividades do tipo I, não conseguiu fazer com que os estudantes, não membros da direção se interessassem pelos assuntos relacionados à entidade. Segundo o presidente do grêmio estudantil E “Essas pautas de cunho político pareceram assustar os outros alunos, prejudicando a mobilização para a participação deles no grêmio estudantil”. Enfim, ficou constatado que os sete grêmios estudantis se caracterizam por terem pouca presença dos estudantes nos espaços formais.

O estudo mostra que os estudantes, na maioria das vezes, tendem a participar dos eventos promovidos pelos grêmios estudantis, entretanto essa presença não é revertida em participação em reuniões e assembleias. O modelo de voluntarismo cívico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995) sustenta a hipótese que para os indivíduos se tornarem ativos na política é indispensável que eles queiram participar e para que isso aconteça é necessário certo nível de motivação, isto é, eles devem almejar participar, no entanto é preciso que os cidadãos se capacitem para serem ativos, e isso só se dá através da participação. Portanto, essa baixa participação dos estudantes não dirigentes, para a maioria das direções, torna-se um desafio a ser enfrentado, visto que, de acordo com esses três

autores, essas direções de grêmios estudantis tendem a funcionar como redes de recrutamento.

Em geral, o estudo mostra que para as sete direções dos grêmios estudantis a participação dos outros estudantes não membros nas reuniões e nas assembleias é importante para a tomada de decisões, logo a não presença de mais membros nos grêmios faz com que as decisões sejam tomadas apenas pelo grupo dirigente. Desse modo, o estudo permite precisar que todos os grêmios estudantis de Santa Maria, nas gestões de 2017 e 2018, não estão conseguindo fazer com que os estudantes não membros da direção participem das reuniões e assembleias, independentemente do tipo de atividade realizada pelas direções.

Assim, nos limites impostos pela pesquisa, acredita-se que a hipótese que os grêmios estudantis de Santa Maria se caracterizam por serem organizações secundaristas do tipo III tende a se confirmar, assim como no estudo de Albuquerque (1977) que afirma que a intensidade da participação tende ser mais fraca quando integrada a associações culturais e de serviços. Este estudo mostrou que é baixa a participação dos estudantes não membros da direção inclusive no grêmio estudantil que apresentou características de “organização secundarista do tipo político I” ou partidária, contrariando um dos resultados de pesquisa de Albuquerque (1977) que demonstra que neste tipo de associação partidária a participação tende ser mais intensa.

A presente pesquisa se encerra com algumas questões que não foram respondidas devido à limitação metodológica adotada nesta dissertação, abrindo caminhos para estudos futuros relacionados, por exemplo, às razões que fazem com que as estudantes sejam maioria nas direções dos grêmios estudantis e o porquê dos estudantes não membros das direções estarem presentes somente nos eventos promovidos pelos grêmios estudantis e não comparecerem nas reuniões e assembleias da entidade, nos locais onde ocorrem as discussões das pautas e a tomada de decisão; outra possibilidade de pesquisa é sobre a dificuldade da continuidade dos grêmios de Santa Maria. Nesse âmbito, entende-se que novos estudos são necessários para verificar, especificamente, a participação dos estudantes não membros da direção e sobre os desafios da continuidade dos grêmios estudantis de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED/PUC-SP, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel.; **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In: ABRAMO, Helena. Wendel.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam (corrd. Técnica) et al. **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas pública**. Brasília: UNESCO, Ministério da educação 2004a.

ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro; Gramond, 2004b.

ABRAMOVAY, Miriam.; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO/ Ministério da Saúde/ Ministério da Justiça/ CNPq/ Instituto Ayrton Senna/ UNAIDS/ Banco Mundial/USAID/ Fundação Ford/ CONSED/ UNDIME, 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMOLD, Gabriel.; POWELL JR, G. Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **La Cultura Cívica. Estudio sobre la Participación Política Democrática em Cinco Naciones**. Madrid: Fundacion Foessa, 1970.

A RAZÃO. Acervo. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

ARROYO, Miguel **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

BARNES, Samuel.H.; KAASE, Max (org.). **Political action: Mass participation in five Western democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979.

BORBA, Julio. Participação Política: A Centralidade dos Repertórios. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 123, 2012b.

BORBA, Julio. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012a.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**, p. 112-121. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

BRINGUEL, Breno. **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil**. EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 1, janeiro - junho, 2009, pp. 97-121.

CARLOS, Aparecida da Graça. **Grêmio Estudantil e a Participação do Estudante**. Dissertação (mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPERS/SINDICATO. Disponível em: < <https://cpers.com.br/> > acesso em: 20 em Nov. de 2018.

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – 8º. Disponível em: < <http://www.educacao.rs.gov.br/estatisticas-da-educacao> > acesso em: 18 em set. de 2018.

DAHL, Robert Alan.. **A Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A democracia e seus críticos**. Martins Fontes. São Paulo, 2012.

DANTAS, Altino. 27ª Gestão 1965/1966. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. História da UNE. Depoimentos de ex-dirigentes da União Nacional dos Estudantes, quase todos ligados à AP. Coleção História presente, v. 1. São Paulo: Livramento, 1980, p.49-50.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > acesso em: 12 de julho de 2018.

EISENSTADT, Shmuel. Noah. **De geração a geração**. São Paulo, Perspectiva, (Coleção Estudos, 41), 1976.

FARIA, Cláudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. Lua Nova, n.49, p.47-68, 2000.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira Editora, 1972.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

GAÚCHAZH. Disponível em:
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/05/como-esta-a-situacao-nas-seis-escolas-ocupadas-em-santa-maria-5821273.html> > acesso em: 10 em 20 out. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Jovens na Política na Atualidade – uma nova cultura de participação**. Caderno CR H, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, Jan./Abr. 2018.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

GUEDES, José Luis. **28ª Gestão 1966/1967**. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. História da UNE. Depoimentos de ex-dirigentes da União Nacional dos Estudantes, quase todos ligados à AP. Coleção História presente, v. 1. São Paulo: Livramento, 1980, p.49-50.

GUTMANN, Amy. **A Desarmonia da Democracia**. Lua Nova, nº. 36, p.5-37, 1995.

HABERMAS, Jünger. **Três modelos normativos de democracia**. Revista Lua Nova, n. 36, São Paulo, 1995.

JENKINS, J. Craig. **Sociopolitical Movements**. In: LONG, Samuel L. (Org.). The Handbook Of Political Behavior. Vol. 4. 1981, p. 81-148.

KASSIMIR, Rona, FLANAGAN, Constance. **Youth Civic Engagement in the Developing World: Challenges and Opportunities**. In: SHERROD, Lonnie R., TORNEY-PURTA, Judith, FLANAGAN, Constance A. Handbook of Research on Civic Engagement in Youth. 2010, 91 – 114.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL - MILITAR EM SANTA MARIA (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). 2013, p. 156.

McADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency. 1930-1970**. University of Chicago Press. 1982.

McADAM, Doug, McCARTHY, John D., ZALD, Mayer N. **Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. 1996.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. In: Juventude e contemporaneidade, Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd. 2007, p. 29 – 46.

MENDES JR. Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

METZGER, Aaron, SMETANA, Judith G. **Social Cognitive Development and Adolescent Civic Engagement**. In: SHERROUD, Lonnie R., TORNEY-PURTA, Judith, Constance A. JOHN WILEY, Flanagan (Org.). Handbook of Research on Civic Engagement in Youth. 2010, p. 221-248.

MILBRATH, Lester Walter. **Political participation**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MILBRATH, Lester Walter. **Political participation**. In: LONG, Samuel L. (Org.). The Handbook Of Political Behavior. Vol. 4. 1981, p. 197-237.

MISCHE, Ann. **De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política**. Revista Brasileira de Educação, nos 5-6.1997, pp. 134-150.

NORRIS, Pippa. **“Political Activism: New Challenges, New Opportunities”**, in BOIX, Carles and Susan Stokes (eds.). The Oxford Handbook of Comparative Politics. New York: Oxford University Press, 2007, 628-649.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?** Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Pizzorno, Alessandro. **“Condizioni della partecipazione política”**. IN: Pizzorno, Alessandro. Le radici della politica assoluta. Feltrinelli, Milão, 1966.

PLANALTO. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm > acesso em: 10 em set. de 2018.

PLANALTO. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > acesso em: 10 em set. de 2018.

PLANALTO. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8537.htm > acesso em: 10 em set. de 2018.

POERNER, José Arthur. **O poder jovem : história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia), Curitiba, UFPR, 2008.

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian. **Participação Política na América Latina**. Eduem, Maringá, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. **Participação e pós-materialismo na América Latina**. Opinião Publica, v. 16, n. 1, p. 28-64, 2010.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Os jovens de Curitiba--esperanças e desencantos: juventude, violência e cidadania**. Edições UNESCO Brasil.1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, pp.144 -160.

THIOLLENT, Michel. **Mai de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP S. Paulo, 10(2):63-100, outubro de 1998.

TILLY, Charle. **From Mobilization to Revolution**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Disponível em: <<http://ubes.org.br/>>. Acesso em set. de 2018.

UNIÃO GAÚCHA DOS ESTUDANTES. Disponível em: <<https://uges.org.br>>. Acesso em: set.de 2018.

UMES. Disponível em: < <https://www.umessm.org.br/index.php?p=convenios>>. Acesso em: nov. de 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Disponível em: <<https://une.org.br/>>. Acesso em: set. de 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. Depoimentos de ex-dirigentes da União Nacional dos Estudantes, quase todos ligados à AP. Coleção História presente, v. 1. São Paulo: Livramento, 1980.

UNESCO. Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/>>. Acesso em: out. de 2018.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality. Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

_____. **The unheavenly chorus: unequal political voice and the broken promise of American democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. **Participation in America: Social equality and political democracy**. New York: Harper& Row, 1972.

ZUKIN, Cliff, KEETER, Scott, ANDOLINA, Molly, JENKINS, Krista; CARPINI, Michael X. D. **A New Engagement? Political Participation, Civic Life, and the Changing American Citizen**. 2006.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo (coord. Técnica). **JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADANIA: os jovens de Brasília**. São Paulo: Dany Editora Ltda, 1998.